

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**CHARLIENNE NOGUEIRA MAGALHÃES**

**GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO:** a atuação da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia e suas repercussões no mercado de trabalho maranhense

São Luís  
2018

**CHARLIENNE NOGUEIRA MAGALHÃES**

**GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO:** a atuação da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia e suas repercussões no mercado de trabalho maranhense

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração de Empresas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Tadeu Gomes Teixeira

São Luís

2018

Nogueira Magalhães, Charlienne.

Gestão do desenvolvimento: a atuação da SEINC-MA e suas repercussões no mercado de trabalho / Charlienne Nogueira Magalhães. – 2018.

64 f.

Orientador: Tadeu Gomes Teixeira.  
Monografia (Graduação) - Curso de Administração,  
Universidade Federal do Maranhão, 2018.

1. Políticas públicas. 2. Mercado de trabalho. 3. SEINC-MA. I. Teixeira, Tadeu. II. Gestão do desenvolvimento.

## **CHARLIENNE NOGUEIRA MAGALHÃES**

**GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO:** a atuação da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia e suas repercussões no mercado de trabalho maranhense

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração de Empresas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 13/12/2018.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Tadeu Gomes Teixeira (orientador)  
Dr. em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Vilma Moraes Heluy  
Ma. em Economia  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Miguel Mubárack Heluy  
Me. em Administração  
Universidade Federal do Maranhão

Dedico esta monografia aos meus pais, Simone e Gilberto, que são os principais colaboradores para esta conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu forças para enfrentar as dificuldades encontradas pelo caminho e energia para concluir este trabalho.

A minha mãe, Simone, pelo amor, esforço e dedicação.

Ao meu pai, Gilberto, pelo amor, apoio e incentivo.

Ao meu irmão, Charles, por ser minha primeira inspiração na vida, apesar de me estressar por diversas vezes, e por me ajudar quando precisei.

A minha tia, Eliziete, por cuidar de mim como uma filha.

Ao meu namorado, Raphael, pelo companheirismo, apoio, amizade e incentivo.

Aos meus melhores amigos, Amanda, Enderson, Hanna, José, Raynara e Wanessa, por dividirem os melhores e piores momentos da minha vida, pelo amor, carinho, amizade, companheirismo e apoio mútuo. Destacando meu amigo, José, por sempre me ajudar neste trabalho quando lhe solicitei.

Aos meus companheiros de atividades acadêmicas e amigos do curso, pela troca de conhecimento, solidariedade, gentilezas, companhia, por compartilharem diversos sofrimentos, pelos lanches e caronas. Em especial, Adalberon, Géssica, Giselle, Ítalo, Thiago e tantos outros.

Aos meus professores, pelo conhecimento compartilhado, pelas gentilezas e suporte, em especial, Prof. Ademir.

Ao meu orientador, Prof. Tadeu, pela paciência, pelos ensinamentos, pelas oportunidades e pela dedicação.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, pela concessão de bolsa de iniciação científica concedida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

A Universidade Federal do Maranhão, que apesar das falhas me recebeu e me deu condições para obter conhecimento. Por ter proporcionado um ambiente heterogêneo que contribuiu para minha evolução como ser humano.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Muito obrigada.

“Enquanto, por efeito de leis e costumes, houver proscricção social, forçando a existência, em plena civilização, de verdadeiros infernos, e desvirtuando, por humana fatalidade, um destino por natureza divino; enquanto os três problemas do século – a degradação do homem pelo proletariado, a prostituição da mulher pela fome, e a atrofia da criança pela ignorância – não forem resolvidos; enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis”

Victor Hugo, 1862

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a atuação da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia do Maranhão em processos de estímulos à atividade econômica e suas repercussões no mercado de trabalho maranhense. Com base no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), dentre outros dados. A pesquisa abrangeu todo o Estado do Maranhão, desde 2014. A análise dos resultados deu-se por estatística descritiva, por meio de métodos gráfico e tabulares. Quanto aos resultados da pesquisa, verificou-se que, a taxa de desocupação no Estado do Maranhão vem crescendo nos últimos anos mesmo com os investimentos na economia, ela passou de 6,4% no 1º trimestre de 2014 para 13,7% no 3º trimestre de 2018, o resultado atual é 0,7% menor que o resultado do Nordeste e 1,8% maior que o resultado do Brasil. Os setores que são de responsabilidade da SEINC tiveram regressão na distribuição de pessoas ocupadas, o setor industrial, por exemplo, teve uma queda de 0,8% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017 e o comércio regrediu 0,1%.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Mercado de trabalho. SEINC-MA.

## ABSTRACT

The present study has as main objective to analyze the performance of the Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia do Maranhão in processes to incentivize economic activity and its repercussions in the Maranhão labor market. Based on the database of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Annual de Informações Sociais (RAIS), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), among others data. The survey covered the entire state of Maranhão since 2014. The analysis of the results was based on descriptive statistics, using graphical and tabular methods. Regarding the results of the survey, it was verified that the unemployment rate in the State of Maranhão has increased in the last years even with investments in the economy, from 6.4% in the first quarter of 2014 to 13.7% in the 3rd quarter of 2018, the current result is 0.7% lower than the result of the Northeast and 1.8% higher than the result of Brazil. The sectors that are the responsibility of SEINC had regression in the distribution of employed people, the industrial sector, for example, had a decrease of 0.8% in the third quarter of 2018 in relation to the same period of 2017 and the commerce regressed 0.1 %.

**Keywords:** Public policy. Job market. SEINC-MA.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CONDEP: Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão

EMAP: Empresa Maranhense de Administração Portuária

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IMESC: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA: Lei Orçamentária Anual

MA: Maranhão

ONGs: Organizações Não Governamentais

PDRAE: Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

PEA: População Economicamente Ativa

PIA: População em Idade Ativa

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPA: Plano Plurianual

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

SAF: Secretaria de Agricultura Familiar

SAGRIMA: Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDES: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

SEINC: Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPAB: Sistema Estadual de Produção e Abastecimento

SETRES: Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Mapa parcial das atividades produtivas de estabelecimentos agropecuários no Maranhão ..... | 54 |
|---|----|

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – População maranhense por grupos de idade no 3º trim. de 2017 e 2018 (%).....   | 27 |
| Gráfico 2 – População maranhense por cor ou raça no 3º trimestre de 2017 e 2018 (%).....   | 28 |
| Gráfico 3 – População por nível de instrução no Maranhão, no 3º trimestre de 2017 e 2018 (%).....  | 29 |
| Gráfico 4 – Taxa de desemprego no Maranhão entre o 1º trim. de 2014 e 3º trim. de 2018 (%).....  | 31 |
| Gráfico 5 – Taxa de desocupação comparada no Brasil, Nordeste e Maranhão, no 3º trim. de 2017 e 2018 (%).....  | 32 |
| Gráfico 6 – Taxa de desocupação no 3º trim. de 2018 no Brasil, Nordeste e Maranhão, por sexo (%).....  | 33 |
| Gráfico 7 – Taxa de desemprego por grupos de idade no Maranhão no 3º trim. de 2017 e 2018 (%).....   | 34 |
| Gráfico 8 – Taxa de desocupação por faixa etária no Brasil, Nordeste e Maranhão no 3º trim. de 2018 (%).....   | 35 |
| Gráfico 9 – Taxa de desocupação no Brasil, Nordeste e Maranhão por raça/cor no 3º trim. de 2018 (%).....   | 36 |
| Gráfico 10 – Taxa de ocupação e desocupação no mercado de trabalho por nível de escolaridade, no Maranhão, no 3º trim. de 2018 (%).....                    | 37 |
| Gráfico 11 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação no trabalho principal, no Maranhão, no 3º trim. de 2018 – (mil pessoas e %).....                     | 38 |
| Gráfico 12 – Distribuição dos empregados no Maranhão por categoria do emprego no 3º trim. de 2018 (%).....   | 39 |
| Gráfico 13 – Distribuição das pessoas ocupadas por grupamento de atividades no Maranhão no 3º trim. de 2017 e 2018 (%).....                                | 40 |
| Gráfico 14 – Distribuição dos ocupados por grupamentos ocupacionais no Brasil, Nordeste e Maranhão no 3º trim. de 2018 (%).....                            | 41 |
| Gráfico 15 – Distribuição da contribuição previdenciária dos ocupados no Brasil, Nordeste e Maranhão no 3º trim. de 2018 (%).....                          | 42 |
| Gráfico 16 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de |    |

|  |    |
|--|----|
| referência, com rendimento de trabalho, no Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís, no 3º trim. de 2017 e 2018 (reais) .....   | 43 |
| Gráfico 17 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas com 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, no Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís, por sexo (reais) .....                                   | 44 |
| Gráfico 18 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas com 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, no Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís por nível de instrução, no 3º trim. de 2018 (reais) ..... | 45 |
| Gráfico 19 – Evolução do saldo de emprego no Maranhão entre outubro de 2017 e outubro de 2018 (mil) .....  | 56 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – Distribuição da população maranhense por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação, no 3º trimestre de 2017 e 2018..... | 30 |
| Tabela 2 – Quantidade de vínculos ativos por cadeia produtiva no Maranhão entre 2014 e .....  | 52 |

## SUMÁRIO

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 1     | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 15 |
| 2     | <b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO E AS ATIVIDADES<br/>ECONÔMICAS</b> .....   | 17 |
| 3     | <b>POLÍTICAS PÚBLICAS: O ESTADO EM AÇÃO</b> .....  | 20 |
| 3.1   | Avaliação de políticas públicas .....  | 24 |
| 3.2   | <i>Accountability</i> .....  | 25 |
| 4     | <b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....   | 26 |
| 5     | <b>CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO MARANHENSE</b> .....   | 27 |
| 6     | <b>ASPECTOS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO<br/>MARANHENSE</b> .....  | 30 |
| 7     | <b>POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE<br/>DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA CAPACIDADE DE<br/>GERAÇÃO DE EMPREGOS</b> ..... | 46 |
| 7.1   | As políticas de desenvolvimento econômico no governo Flávio Dino: uma<br>análise a partir do emprego .....                                     | 46 |
| 7.2   | Programas de políticas públicas da SEINC-MA .....  | 48 |
| 7.2.1 | Mais empresas .....  | 48 |
| 7.2.2 | Maranhão mais produtivo .....  | 50 |
| 7.2.3 | Distritos industriais .....  | 55 |
| 8     | <b>CONCLUSÃO</b> .....   | 57 |
|       | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 58 |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender como o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEINC), vem atuando para induzir estratégias de desenvolvimento, ou seja, estimulando a implantação de projetos que possam repercutir no mercado de trabalho maranhense.

Com isso, será analisado a correlação entre aspectos macroeconômicos que induzem aos investimentos privados que demandam força de trabalho, o ambiente institucional que visa propiciar tais investimentos e sua repercussão no mercado de trabalho. No decorrer deste, tratamos sobre Estado, crescimento e desenvolvimento econômico, políticas públicas e suas avaliações, sobre a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio e seus programas de desenvolvimento, caracterização demográfica do Maranhão, aspectos estruturais do mercado de trabalho e outros assuntos correlatos.

Partindo do que é observado no mercado de trabalho do Estado, e levando em consideração as ações da SEINC, a presente pesquisa reúne informações no intuito de responder ao problema de pesquisa: Como os processos de gestão governamental de políticas de desenvolvimento socioeconômico de responsabilidade da secretaria, podem criar ambientes de estímulo ao trabalho e emprego?

O principal objetivo deste trabalho é analisar a atuação e gestão desta Secretaria em processos de estímulo à atividade econômica e suas repercussões no mercado de trabalho. Através do mapeamento da literatura sobre a relação entre desenvolvimento e mercado de trabalho, identificação das práticas de gestão adotadas pela SEINC-MA no processo de estímulo às atividades econômicas no estado do Maranhão, mapeando os investimentos iniciados e previstos, e analisando a influência da atuação da SEINC-MA no mercado de trabalho formal maranhense.

A Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Maranhão tem em sua competência, os setores industrial, comercial e de serviços, devendo: (i) planejar, fomentar e executar a política de desenvolvimento econômico; (ii) identificar, atrair e apoiar investimentos voltados à expansão das atividades produtivas no Estado; e (iii) planejar e incentivar as parcerias com a iniciativa privada, ações e programas de implantação de empreendimentos estruturadores e fomentadores da economia estadual.

A presente pesquisa tem como principal competência, analisar a atuação e gestão da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia do Estado do Maranhão em processos de estímulo à atividade econômica e suas repercussões no mercado de trabalho. De forma a colaborar com a sociedade através da análise dos indicadores sobre o mercado de trabalho, acrescentar estudo sobre o mercado de trabalho maranhense, abrir caminho para novas pesquisas, avaliar os impactos de políticas públicas, disponibilizar informações para a sociedade.

Diante disso, é primordial a produção de pesquisas que gerem análises e avaliações que contribuam e informem as competências da secretaria para a sociedade. E também é estratégico para a SEINC, pois é uma forma de autoavaliação, podendo assim melhorar seus processos e desenvolver melhorias contínuas.

O método de pesquisa pode ser classificado em: quantitativo. Pois irá associar análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, através dos efeitos de tais dados na sociedade. Inicialmente será feito levantamento bibliográfico, entrevista e coleta e análise de dados. Serão utilizados recursos e técnicas de estatísticas para analisar dados, a fim de buscar resultados que contribuam com o estudo.

## 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

O Estado é uma forma de organização de natureza política, com poder soberano de governo em determinado território. Como completa Nader (2014), Estado é um complexo político, social e jurídico, que envolve a administração de uma sociedade estabelecida em caráter permanente em um território e dotado de poder autônomo. Tendo como elementos o povo, território, governo e soberania, que são inseparáveis e imprescindíveis para o entendimento sobre Estado independente. O povo é o grupo de pessoas submetido a um poder central de ordem jurídica estatal, e essas pessoas são a população deste determinado território, ou seja, a nação. O território é onde a população habita, é o elemento espacial do Estado. O governo é a organização fundamental para o funcionamento do poder e que controla a nação para o bem comum, através do direito. A soberania é o exercício do poder do Estado, internamente e externamente. Dessa forma, o Estado deverá ter grande independência para controlar seus recursos, decidir os rumos políticos, econômicos e sociais internamente e não depender de nenhum outro Estado ou órgão internacional.

As investigações sociológicas que a doutrina moderna desenvolve sobre o Estado, analisam o Estado do ponto de vista social, abrangendo a totalidade de seus aspectos econômico, jurídico, espiritual, bem assim o seu processo de formação e composição étnica. Para Weber (1982 apud Bianchi, 2014), o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território reclama para si o monopólio da coação física legítima, ou seja, é o poder estatal.

Para Paludo (2012), o Governo representa a administração do Estado, através dos objetivos, diretrizes, políticas públicas e tomadas de decisões que orientarão o desempenho administrativo dirigido para o cumprimento das finalidades almejadas pelo Estado.

Paludo (2012) esclarece que “o Estado exerce seu poder através do Governo, mas não se confunde com ele: enquanto o Estado é permanente, o Governo é transitório; enquanto o Estado é um ente moral, intangível, o Governo é um ente real, tangível. O Governo representa a parte política do Estado que atua na condução da coisa pública: é ele quem define os objetivos nacionais a serem perseguidos. O Governo é um instrumento do Estado para a consecução de seus fins e não deve ser

visto dissociado dele; enquanto o Estado detém o poder extroverso, o Governo é quem exerce esse poder, de forma soberana”.

De acordo com Outhwaite et al. (1996), há diferentes economias existentes no mundo, há países ricos e pobres, e o crescimento econômico varia de velocidade de acordo com isso. No século XX existia uma disparidade entre as economias, muitos problemas sociais e histórico de genocídios e guerras devastadoras, o que dificultou na busca pela equidade e desenvolvimento.

Apesar disso, com o passar do século vieram mudanças significativas, como o crescimento populacional e a maior expectativa de vida. Começa um progresso mundial, tendo maior produtividade da mão-de-obra. Porém, a distribuição de renda continuava se deteriorando. Os países industrializados eram bem maiores que os países do Terceiro Mundo, mas os graves problemas sociais eram enfrentados tanto por um quanto por outro.

Crescimento econômico e transformação tecnológica de um lado, e más condições sociais de outro. Ou seja, o crescimento econômico não garante o desenvolvimento. O que é bem comum, é esse crescimento trazer desigualdade. A riqueza acaba se acumulando para uma minoria, enquanto a maioria continua em situação social precária.

Mas isso não significa que desenvolvimento é o oposto de crescimento. O crescimento econômico deve ser trabalhado de forma adequada, com intuito de minimizar os impactos ambientais negativos e com objetivos sociais desejáveis. Como ressaltam Arbix, Zilbovicius e Abramovay (2001), o desenvolvimento genuíno requer soluções que atendam a três frentes: que sejam sensíveis ao social, ambientalmente prudentes e economicamente viáveis, oferecendo a todos uma oportunidade de ganhar decentemente a vida por meio de trabalho assalariado, produção para consumo próprio ou uma combinação dos dois.

Vasconcellos e Garcia (1998 apud Oliveira, 2002) completa afirmando que, o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”.

Como citado no início deste capítulo, o século XX tinha um histórico de guerras e genocídios, o que dificultou ações para a mudança de um cenário desigual e subdesenvolvido. Mas segundo Sunkell e Paz (1988 apud Oliveira, 2002), com o término dos conflitos bélicos, os debates acerca do desenvolvimento foram surgindo, e os países estavam dispostos a encarar o tema visando livrar o mundo de problemas como desemprego, guerra, desigualdades, discriminações raciais, miséria, etc. As nações ansiavam por progressos e melhoria de vida, e com isso surgiram diversas conferências, acordos, organizações. Com destaque para a Carta das Nações Unidas divulgada em 1945, um documento de suma importância que tratava de questões sobre desenvolvimento. Neste mesmo ano foi criada oficialmente a Organização das Nações Unidas, que preponderava a manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS: O ESTADO EM AÇÃO**

A política pública compreende o conjunto de intervenções e ações do Estado orientadas para a geração de impactos nas relações sociais, sendo as mais conhecidas as políticas de educação, saúde, assistência social, transporte e habitação, entre outros. Essa concepção de política pública nasce entrelaçada com a ideia de intervenção estatal.

Pode-se dizer que hoje, tais intervenções são possíveis graças ao conhecimento e ao cenário do avanço econômico, que causaram efeitos positivos no século XX. Em certo período o crescimento da produção ficou conhecido como Idade de Ouro, segundo Outhwaite et al. (1996). Esse fato desempenhou um papel fundamental nas estruturas conceituais modernas, como: política, transformação social, desenvolvimento do Terceiro Mundo, expansão da produção, custo ambiental etc.

Para Outhwaite et al. (1996), esse crescimento econômico, mesmo sendo insatisfatório, foi e continua sendo de suma importância para a sociedade, pois permite o progresso social. O desenvolvimento no sentido transformador se tornou o objetivo maior dos governos e dos organismos internacionais.

As políticas públicas têm um papel chave no equilíbrio da aplicação dos direitos e deveres das pessoas. São uma resposta do Estado às necessidades do coletivo que, por meio do desenvolvimento de ações e programas, objetivam o bem-comum e a diminuição da desigualdade social. Essas políticas existem na forma de auxílios, investimentos e práticas decididas pelo Estado em conjunto com a sociedade civil de preferência, através de associações, ONGs, empresas, instituições etc. Mas o Estado tem a responsabilidade de implementar essas políticas públicas pois ele é a própria representação da união da sociedade.

Para desenvolver as políticas é fundamental entender como se dão os processos de formulação, levando em consideração os múltiplos atores sociais que fazem parte desse universo. Assim, dentro da atividade de formular para definir o objetivo, os programas que serão desenvolvidos e as metas a serem alcançadas ajuda na elaboração das linhas de ação a serem aplicadas.

Definir essa linha de ação gera embate político entre grupos que poderão analisar de acordo com interesses favoráveis ou desfavoráveis aos interesses

próprios. Um bom processo de elaboração dessas políticas pode seguir os seguintes passos: conversão de estatísticas em informação relevante para o problema, análise das preferências dos atores e ação baseada no conhecimento adquirido. Algo que facilita a construção dessas propostas é se reunir com os atores envolvidos para ouvi-los e assim obter alternativas importantes para a concretização dos objetivos.

Segundo Santos (2009), entre os atores sociais, temos a burocracia estatal onde há os funcionários de carreira, que tem atribuição de ação de longo prazo (política de estado), os políticos eleitos que podem contratar outras pessoas, os quais têm atribuição com ações de curto prazo, as políticas de governo. Temos os fornecedores de insumos e serviços ao poder público, onde o estado contrata para executar determinadas atividades à população; a sociedade civil, uma grande parte interessada em tudo isso, pois aparece tanto na figura do usuário do serviço, como nas organizações que lutam pelos direitos cidadãos.

Ainda de acordo com Santos (2009), ao estado é atribuída a maior parte da responsabilidade, já que mobiliza recursos necessários para a elaboração, execução e monitoramentos das diversas políticas públicas. Aos prestadores de serviço é garantido participar dos respectivos canais institucionais. À sociedade civil é garantida participar na formulação dessas políticas. Podemos citar também atores como agentes internacionais como FMI e a mídia.

A política pública passa por 5 fases, Formação da agenda governamental: Para elaborar uma política, é necessário decidir qual é a prioridade para o poder público quando são levantadas as ideias e eventualmente uma delas é destacada para a agenda; Elaboração: É a fase de apresentação de alternativas ou soluções. É o momento em que deve ser definido o objetivo da política pública, quais programas serão desenvolvidos e os planos de ação. Ou seja, é quando se toma decisões sobre o que e como fazer para resolver o problema; Implementação: A fase que antecede a execução. Após avaliar-se todas as alternativas, é na terceira fase que se define qual será o curso da ação que será adotada. Onde decisões mais táticas são tomadas. Ficam definidos os recursos e o prazo para a implementação da política; Execução: É quando se parte para a prática. Onde se executa o que foi decidido. São direcionados recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para execução da política; Acompanhamento: É o elemento crucial para as políticas públicas. Fase em que se verifica a adequação dos resultados com os objetivos. A avaliação deve ser realizada

em todos os ciclos de políticas públicas, contribuindo para o sucesso da ação. É considerado também uma fonte de aprendizado e produção de melhores resultados.

Klaus Frey (2000) dividiu as fases dos processos de formulação também em 5 partes, Percepção e definição de problemas: Um problema pode ser percebido por grupos sociais, por políticos ou pela própria administração pública; Agenda Setting: Aqui se decide quais dos temas que foram discutidos farão parte de fato da agenda de políticas públicas. E para se chegar nessa decisão é preciso ter uma avaliação dos custos e benefícios dessas opções; Elaboração de programas de decisão: Consiste na escolha mais apropriada entre as várias alternativas possíveis. Geralmente ocorrem conflitos e acordos antes desta etapa, ocasionado por atores da política e da administração; Implementação de políticas: É a materialização da política pública por meio de decisões realizadas de acordo com a agenda construída pelos atores, transformando suas intenções em resultados concretos; Avaliação e a eventual correção da ação: Trata-se da indagação dos déficits de impacto e efeitos colaterais. A avaliação ou controle pode levar à suspensão ou o fim do ciclo político ou até mesmo a abertura para um novo ciclo.

PDRAE (1995) afirma que a capacidade do Governo de implementar as políticas públicas é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa, ou seja, o Governo brasileiro tem um problema de governança. E não carece de governabilidade, já que tem legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Governabilidade e governança mantêm entre si uma relação muito forte e o seu vínculo é instável, dinâmico e indissolúvel, segundo Vinícius Araújo (2002).

Segundo Araújo (2002), a governança pública é compreendida como a capacidade de governar, capacidade de decidir e implementar políticas públicas que atendam às necessidades da população. É a responsabilidade que os cidadãos confiam ao estado para o exercício do governo do país, com a liberdade de tomar todas as decisões necessárias. Na governança os objetivos da população devem estar aliados aos do estado e para serem colocados em prática, muitas vezes só é possível a partir de alianças políticas.

Já a governabilidade refere-se ao poder político em si. Parte diretamente da democracia, pois está nos cidadãos e conseqüentemente em todos os ambientes do nosso estado. Ou seja, é a participação dos cidadãos na sociedade,

consequentemente fazendo parte da engrenagem no estado. Ela decorre do relacionamento do Estado e do seu governo com a sociedade, de acordo com Araújo (2002).

A nova governança contempla a possibilidade de variadas participações e parcerias intra e interorganizacionais na tomada de decisão e na implementação/controle das políticas públicas, gerando corresponsabilidade. Com objetivo de regular a ação financeira do Estado e de melhorar o funcionamento da máquina governamental foram instauradas o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, além da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A implementação de políticas públicas envolve planejamento, orçamento, controle e gestão, onde se encontram em um ciclo e centralizado nesse ciclo existem os instrumentos de planejamento e orçamento. São três os principais instrumentos, citados anteriormente: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

O Plano Plurianual dura o período de mandato, ou seja, quatro anos. Nele é determinado as diretrizes, objetivos e metas do governo. O PPA nos mostra quais são as prioridades e o direcionamento das ações do governo, isto é, ele representa o planejamento estratégico do Governo Federal em esfera nacional e apenas um planejamento de longo prazo em nível de órgão/entidade/unidade administrativa.

A finalidade maior do PPA é viabilizar a execução e gerenciamento das políticas públicas, e é uma ferramenta de planejamento de médio a longo prazo do governo federal. Além disso o Plano especifica os gastos que têm duração continuada. O manual de elaboração do PPA envolve macro desafios, programas temáticos e programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

O ciclo de gestão do Plano Plurianual tem início com os problemas ou demandas da sociedade, então é elaborado o planejamento e organizado em programas, em seguida é implementado o plano execução dos programas, essa execução é monitorada, avaliada e revisada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, é um recurso que norteia a elaboração da Lei Orçamentária Anual, a LOA. É ela que decide quais os programas do PPA que vão ser beneficiados com crédito orçamentário na LOA equivalente. A LDO também é um instrumento de planejamento e a ligação entre o PPA e a LOA. É atribuída à LDO o estabelecimento de metas e prioridades da Administração Pública

Federal, guiar a elaboração da LOA, dispor sobre a dívida pública federal, sobre a fiscalização com relação às obras e aos serviços com indícios de irregularidade graves, sobre, etc.

A Lei Orçamentária Anual engloba somente o exercício financeiro a que se refere, e é o documento legal que possui a previsão de receitas e a autorização de despesas a serem realizadas no exercício financeiro. Ela determina a gestão anual dos recursos públicos. A LOA operacionaliza no curto prazo, os programas que estão no PPA. É composta pelos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais, sendo o primeiro citado o mais importante.

O planejamento orçamentário é importante para o estado devido ao complemento das duas premissas fazendo assim com que se torne um só. Pois juntas fazem o estado acontecer de fato, colocando em prática tudo que é teoria, desde as implementações políticas até as mudanças necessárias para a melhoria do estado.

### **3.1 Avaliação de políticas públicas**

De acordo com Arretche (2003), o objeto específico de análise das políticas públicas é o estudo de programas governamentais, em especial suas condições de emergência, seus métodos operacionais e os prováveis impactos econômicos e sociais. Ou seja, é necessário avaliar se a população tem acesso de forma apropriada aos serviços de saúde, justiça, educação, transporte público, segurança, etc. De forma que os serviços públicos e as ações governamentais sejam planejados estrategicamente de acordo com as necessidades dessa população e das condições da realidade local. Através de recursos suficientes, que sejam usados de maneira efetiva, para assim gerar resultados consistentes.

De acordo com o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, a avaliação deve definir a importância e alcance dos objetivos, a eficiência e efetividade, o impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. É necessário que através das informações da avaliação seja possível tomar melhores decisões.

Segundo Trevisan e Bellen (2008), as avaliações podem ser vistas com maus olhos pelos governantes, já que poderiam causar constrangimentos públicos, ou ainda poderiam causar ganhos políticos, dependendo de seus resultados. Agum, Riscado e Menezes (2015) reforçam essa preocupação, de acordo com eles a avaliação talvez seja um dos momentos mais críticos de uma política. Se devendo ao fato de que os

atores envolvidos na ação são medidos e sua capacidade de resolução de um determinado problema pode ser questionada por meio da avaliação.

Derlien (2001 apud Trevisan e Bellen, 2008) classifica a avaliação partindo de três funções básicas: informação, realocação e legitimação. A fase inicial das pesquisas de avaliação ocorreu nos anos de 1960, onde a função de informação era predominante. O objetivo nesta fase era a melhoria dos programas, tornando a avaliação um mecanismo de feedback. Na fase seguinte, nos anos de 1980, predominou-se a função de realocação, onde foi promovido a alocação dos recursos no processo orçamentário de forma racional. Na última fase, nos anos de 1990, o ponto principal foi a legitimação. Nesse período houve mudanças no cenário que contribuíram para que a avaliação fosse mais trabalhada e desenvolvida.

Para Trevisan e Bellen (2008), apesar da avaliação ser reconhecida como uma importante ferramenta, ela ainda não se transformou em um processo indispensável que tome parte do processo de gestão. E ainda que a avaliação seja colocada em prática, não tem garantia que seus resultados serão aproveitados de forma adequada. Faria (2005 apud Trevisan e Bellen, 2008) indica alguns possíveis fatores que podem afetar na utilização dos resultados da avaliação, como a inflexibilidade das regras e padrões operacionais da organização, as mudanças nas condições externas, mudança de pessoal, conflitos de interesses e crenças, etc.

### **3.2 Accountability**

Para Guedes e Fonseca (2007), a ideia de *accountability* está cada vez mais presente nas ciências sociais. Ela diz respeito ao controle e fiscalização dos agentes públicos. Pinho e Sacramento (2008 apud Rocha, 2011) reforça que a *accountability* encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento desta diretiva.

#### 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para compreender a atuação da SEINC e suas repercussões no mercado de trabalho, adotou-se um modelo de pesquisa, classificada quanto aos fins e quanto aos meios, de acordo com as taxionomias de Vergara (2013).

Com base, ainda, em Vergara (2013), quanto aos fins, essa se classificou como exploratória, em virtude de ser um estudo em área na qual ainda se detém conhecimento sistematizado insuficiente. Quanto aos meios de investigação, a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Pesquisa bibliográfica, por ser um estudo sistematizado desenvolvido com base em material acessível ao público em geral. E estudo de caso, pois tem caráter de profundidade e detalhamento.

O método de pesquisa pode ser classificado em: quantitativo. Pois associou-se à análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, através dos efeitos de tais dados na sociedade. Inicialmente foi feito levantamento bibliográfico, e coleta e análise de dados. Foram utilizados recursos e técnicas de estatísticas para analisar dados, a fim de buscar resultados que contribuam com o estudo.

Assim, entende-se que o enfoque deste estudo é quantitativo, pois teve como objetivo principal obter maior compreensão da atuação da SEINC e suas repercussões no mercado de trabalho, através de análise de banco de dados.

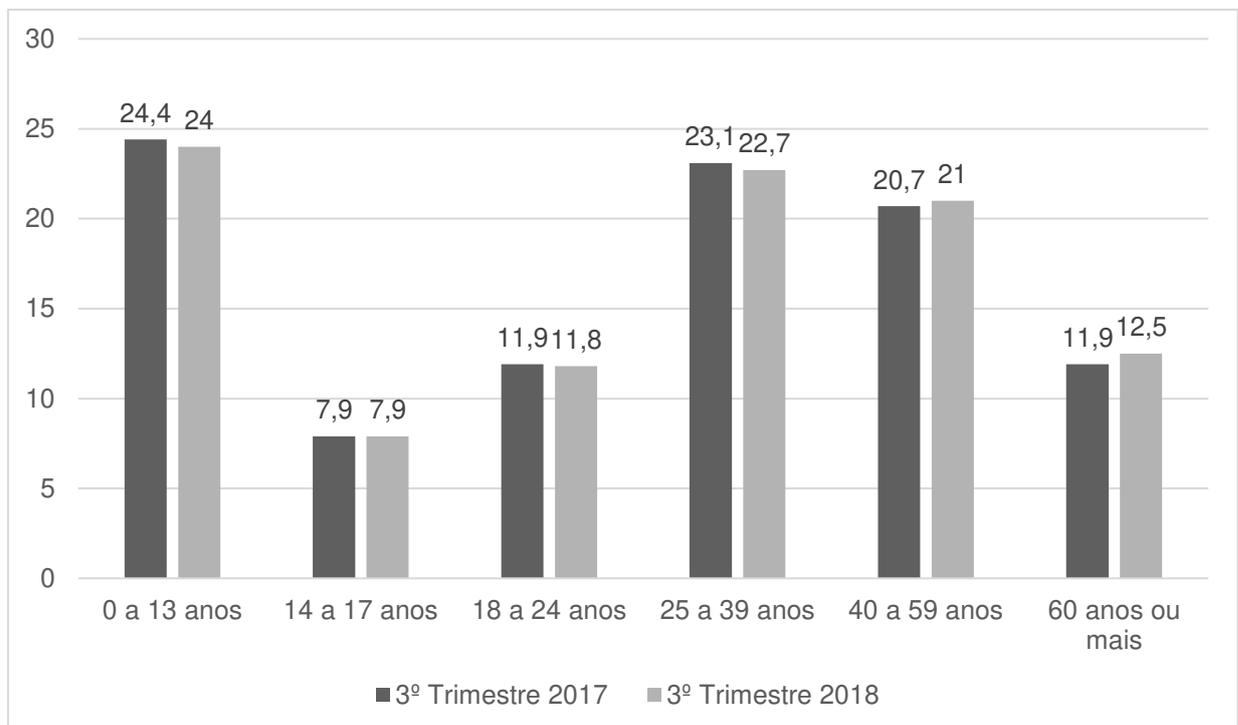
O estudo quantitativo foi a partir da coleta de dados acerca do mercado de trabalho do Estado do Maranhão, disponibilizados nas bases do Ministério do Trabalho, CAGED, IMESC, IBGE, PNAD, RAIS, dentre outros. Tais dados foram compilados e analisados para ter o entendimento real sobre repercussões dos programas de políticas públicas desenvolvidos pelo Estado do Maranhão. A análise descritiva foi feita através de gráficos e tabelas, a partir de um conjunto de dados extraídos nos bancos de dados citados.

## 5 CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO MARANHENSE

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao 3º trimestre (julho a setembro) de 2018, o Maranhão totalizou uma população de 7 milhões e quinze mil pessoas. Desse total, a maioria é composta por mulheres, que correspondem a 50,9% da população, indicando que há 133 mil mulheres a mais que a população masculina no estado.

Ao verificar os grupos de idade da população no 3º trimestre de 2018, percebe-se que a maior concentração está no grupo etário de 0 a 13 anos, com 24% da população, seguida do grupo de 25 a 39 anos, com 22,7% da população.

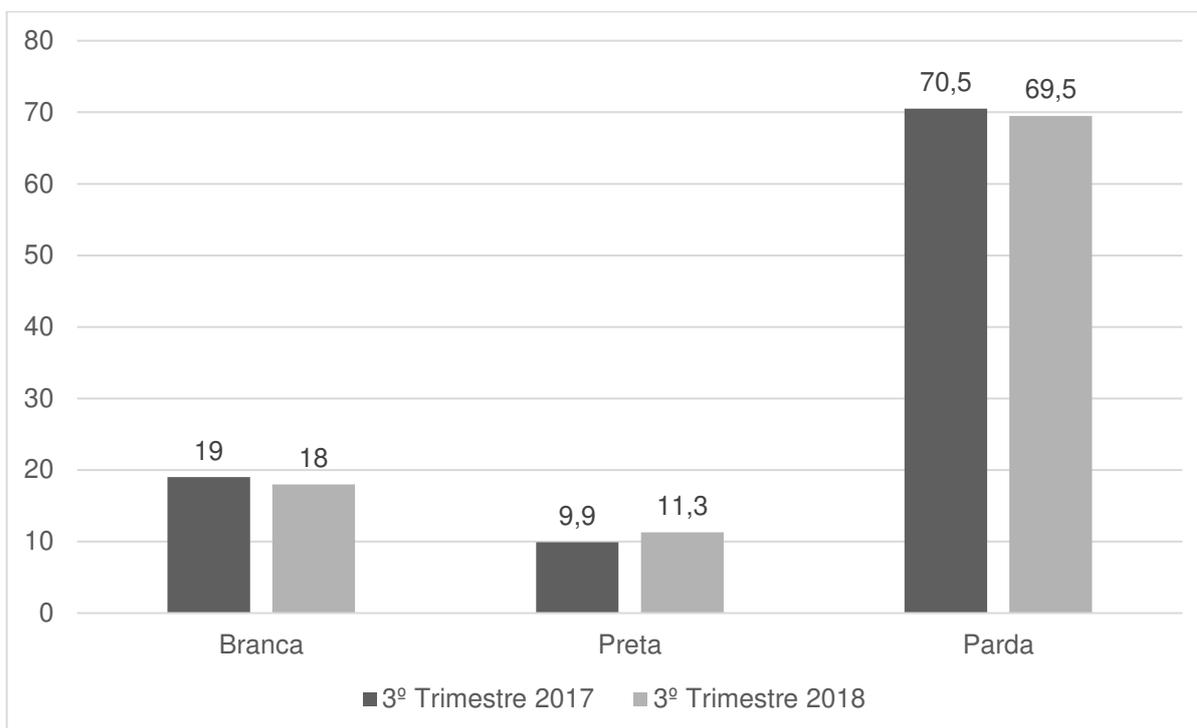
Gráfico 1 – População maranhense por grupos de idade no 3º trim. de 2017 e 2018 (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Ao analisar a população pelo critério racial, os dados do 3º trimestre de 2018 apontam que 69,5% da população é parda, 18% é branca e 11,3% é preta.

Gráfico 2 – População maranhense por cor ou raça no 3º trimestre de 2017 e 2018 (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

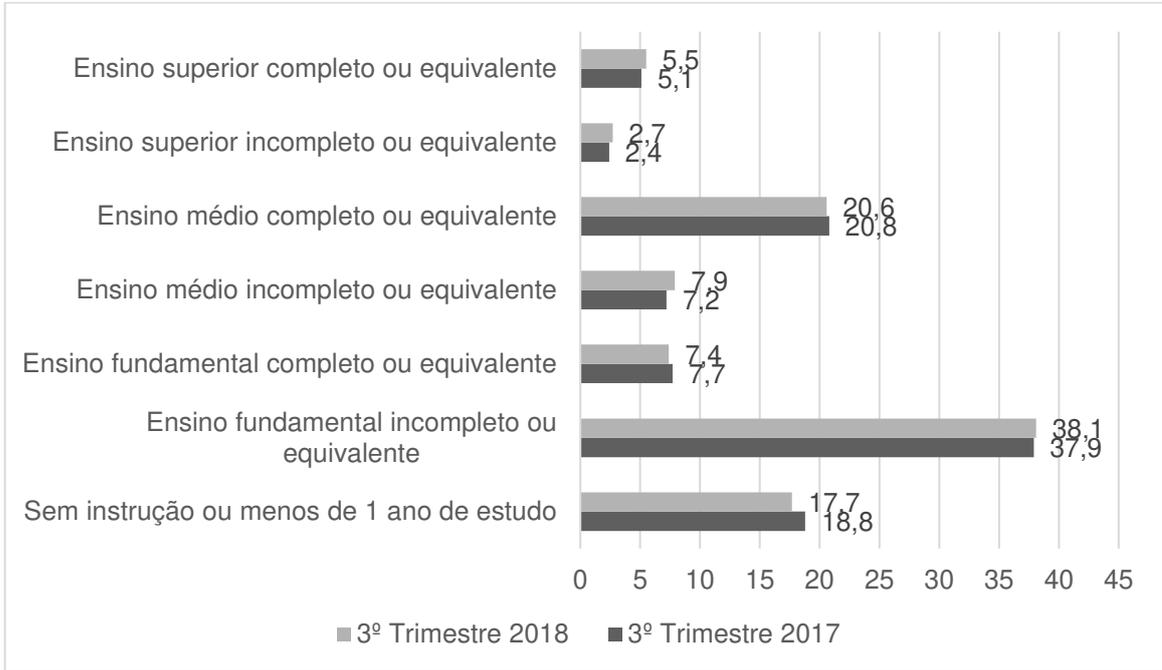
Quanto ao nível de instrução, o maior percentual encontra-se os que possuem ensino fundamental incompleto ou equivalente, com 38,1%. Em seguida, encontra-se a população com ensino médio completo ou equivalente, com 20,6%. Uma piora de 0,2 pontos percentuais em relação ao 3º trimestre de 2017, quando o índice era de 20,8%.

O percentual de pessoas com ensino superior completo ou equivalente no 3º trimestre de 2018 foi de 5,5%, isto é, 360 mil pessoas, apontando que houve o acréscimo de 33 mil novos graduados na população em relação ao 3º trimestre de 2017, quando havia 327 mil pessoas com ensino superior completo.

O número de pessoas com ensino superior incompleto também aumentou entre o 3º trimestre de 2017 e 3º trimestre de 2018, passando de 158 mil para 177 mil pessoas, apontando para o incremento de 19 mil pessoas que possivelmente estão cursando o ensino superior.

Apesar das melhoras nos indicadores, 55,8% da população maranhense ainda não possuem ensino fundamental completo ou equivalente, situação que atingia 56,7% no 3º trimestre de 2017, ou seja, houve uma melhora de 0,9 pontos percentuais no período.

Gráfico 3 – População por nível de instrução no Maranhão, no 3º trimestre de 2017 e 2018 (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

## 6 ASPECTOS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE

A População em Idade Ativa no Maranhão, isto é, a população com 14 anos ou mais de idade de acordo com os critérios PNAD contínua, soma cerca de 5.330.000 (cinco milhões, trezentos e trinta mil) pessoas no 3º trimestre de 2018. Destas, 49,2% compõem a População Economicamente Ativa, o que equivale a 2.624.000 (dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil) pessoas.

Tabela 1 – Distribuição da população maranhense por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação, no 3º trimestre de 2017 e 2018

|   | 3º Trimestre 2017 |      | 3º Trimestre 2018 |      |
|---|-------------------|------|-------------------|------|
|   | Nº Absolutos      | %    | Nº Absolutos      | %    |
| População em Idade Ativa (PIA) <sup>1</sup>       | 5.267.000         | 100  | 5.330.000         | 100  |
| População Economicamente Ativa (PEA) <sup>2</sup> | 2.773.000         | 52,6 | 2.624.000         | 49,2 |
| População Não Economicamente Ativa                | 2.494.000         | 47,3 | 2.706.000         | 50,7 |
| PEA Ocupada                                       | 2.374.000         | 85,6 | 2.624.000         | 86,2 |
| PEA Desocupada                                    | 399.000           | 14,3 | 361.000           | 13,7 |

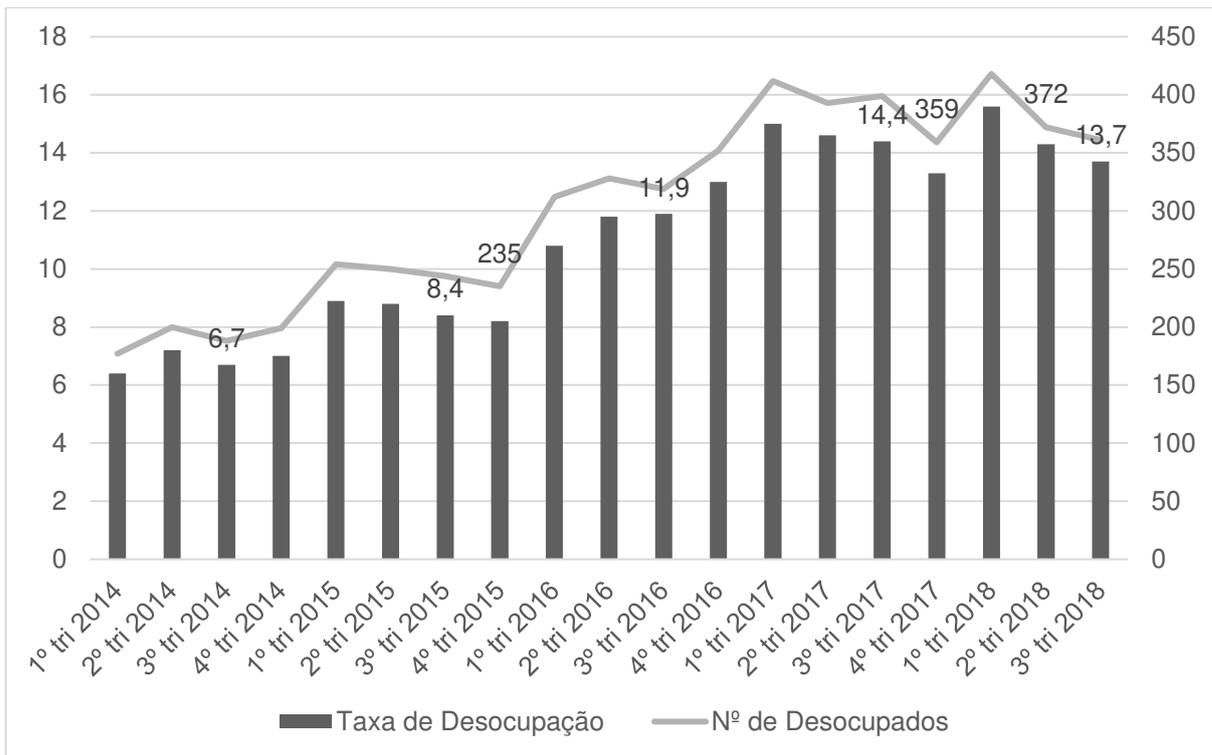
1: População com idade de 14 anos ou mais.

2: Parcela da PIA disponível para trabalhar, podendo estar ocupada ou desocupada.

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Entre o 1º trimestre de 2014 e o 3º trimestre de 2018, a taxa de desemprego foi crescente no Maranhão, acompanhando a crise nacional. Houve um aumento seguido de redução na taxa de desocupação em 2018, que registrou no 1º trimestre 15,6%, tendo decrescido e chegado a 13,7% no 3º trimestre de 2018, apontando para uma possível recuperação da ocupação, conforme o Gráfico 4. Com isso, há no Estado cerca de 361 mil pessoas desocupadas.

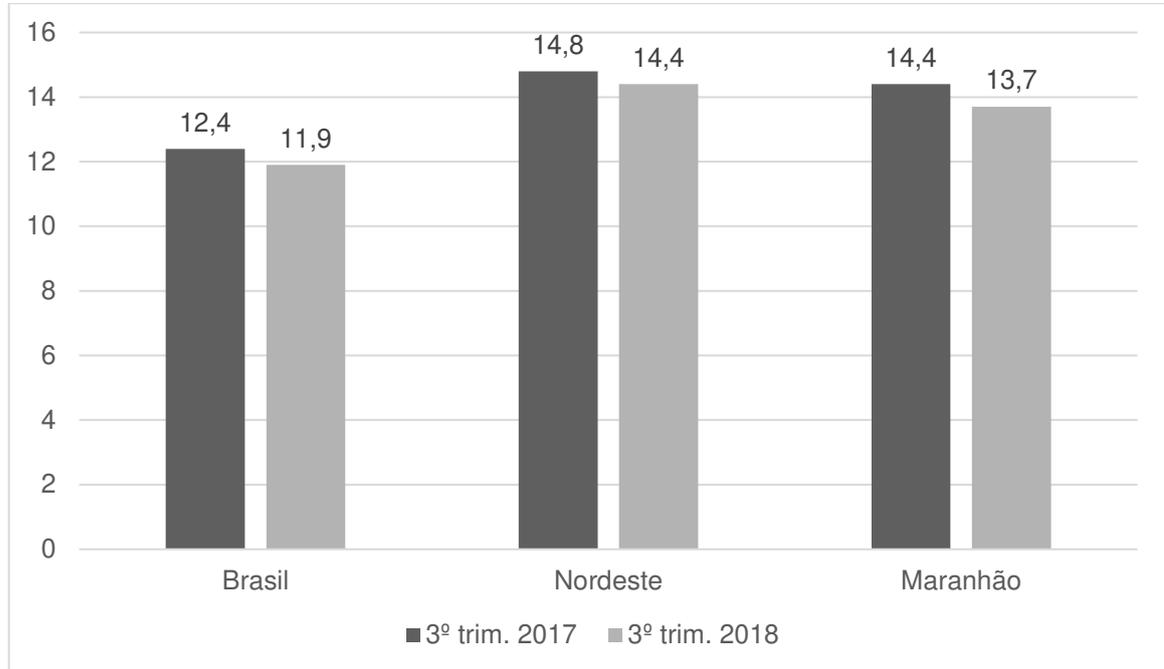
Gráfico 4 – Taxa de desemprego no Maranhão entre o 1º trim. de 2014 e 3º trim. de 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

No 3º trimestre de 2018 a taxa de desocupação foi de 13,7%, tendo uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior, que registrou 14,4%. Ao comparar o desempenho do Maranhão com o Nordeste e o conjunto da federação, verifica-se que o desempenho de Maranhão continua menor que a taxa no Nordeste, mas acima da taxa nacional, que alcançou 11,9%.

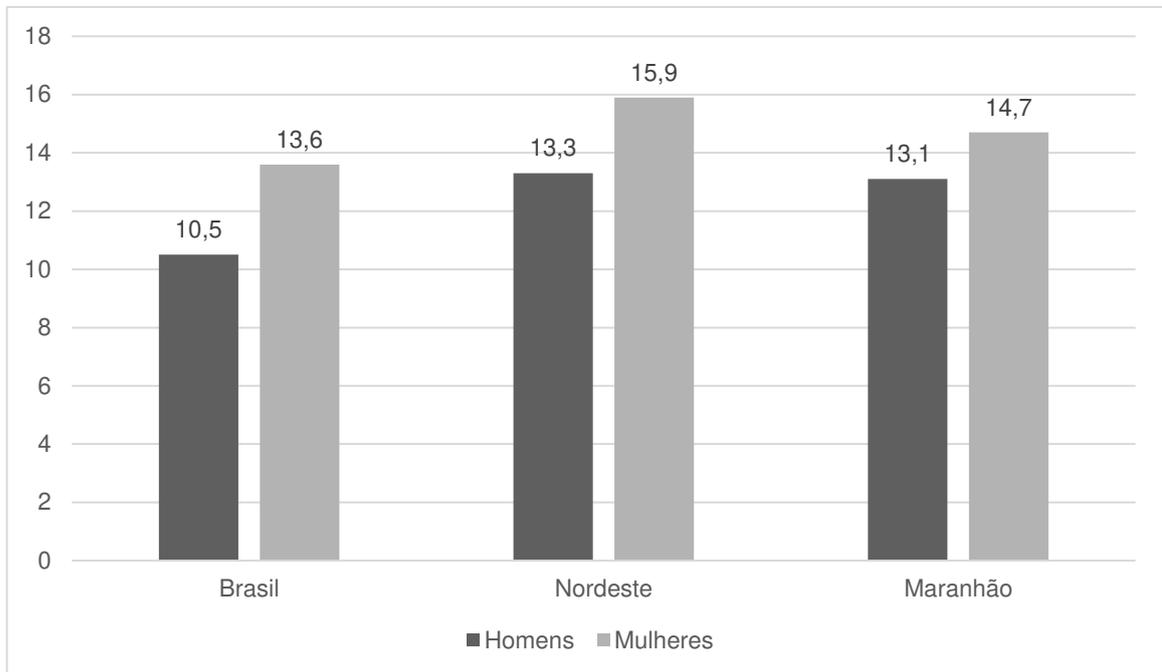
Gráfico 5 – Taxa de desocupação comparada no Brasil, Nordeste e Maranhão, no 3º trim. de 2017 e 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

As mulheres maranhenses foram mais atingidas que os homens pelo desemprego, com uma taxa de desocupação de 14,7%, enquanto a taxa masculina foi de 13,1%. No Nordeste, as mulheres têm uma taxa de desemprego de 15,9%, enquanto no país é 13,6%, apontando para relações de desigualdade no acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho.

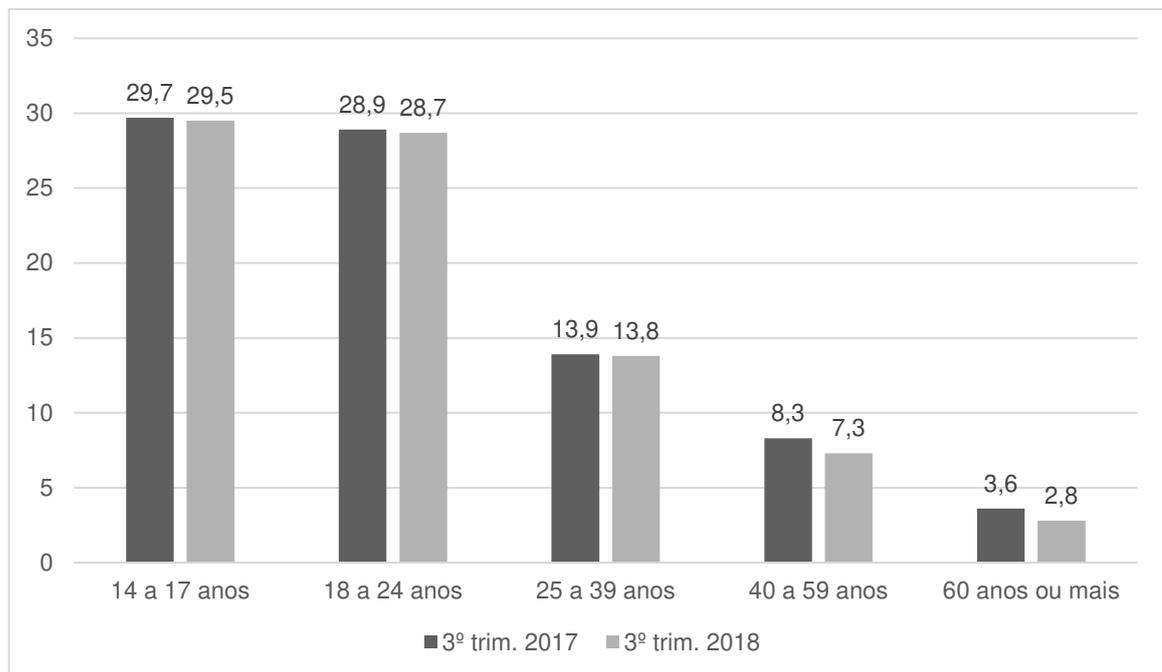
Gráfico 6 – Taxa de desocupação no 3º trim. de 2018 no Brasil, Nordeste e Maranhão, por sexo (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Pelo gráfico 7, verifica-se que o desemprego foi decrescente em todas as faixas etárias, com maior efeito entre a faixa etária de 40 a 59 anos, tendo uma diminuição de 1 ponto percentual em relação ao 3º trimestre de 2017. No mesmo sentido, a taxa de desocupação entre o grupo etário de 60 anos ou mais caiu 0,8 pontos percentuais. Houve, também, uma sutil melhora nos grupos etários de 14 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 39 anos, uma diminuição de 0,2%, 0,2% e 0,1% respectivamente.

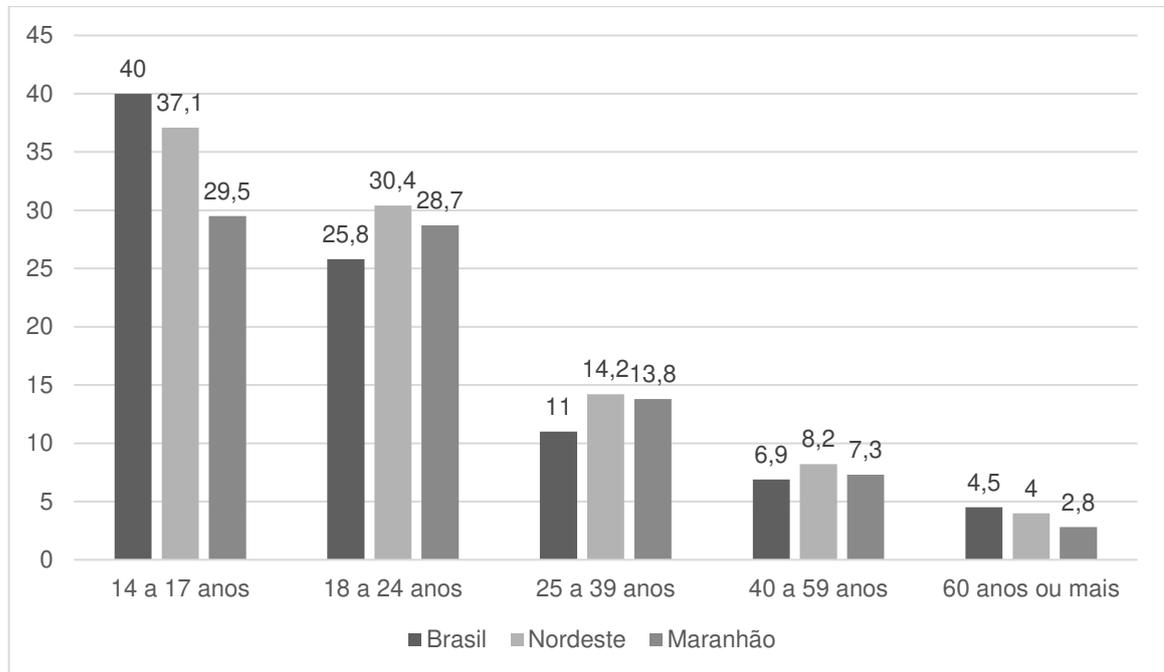
Gráfico 7 – Taxa de desemprego por grupos de idade no Maranhão no 3º trim. de 2017 e 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

No gráfico 8, nota-se que a taxa de desemprego no grupo etário de 14 a 17 anos no Brasil (40%) e no Nordeste (37,1%) são bem maiores do que a registrada no Maranhão (29,5%), apontando que os maranhenses ingressam no mercado de trabalho desde essa faixa etária.

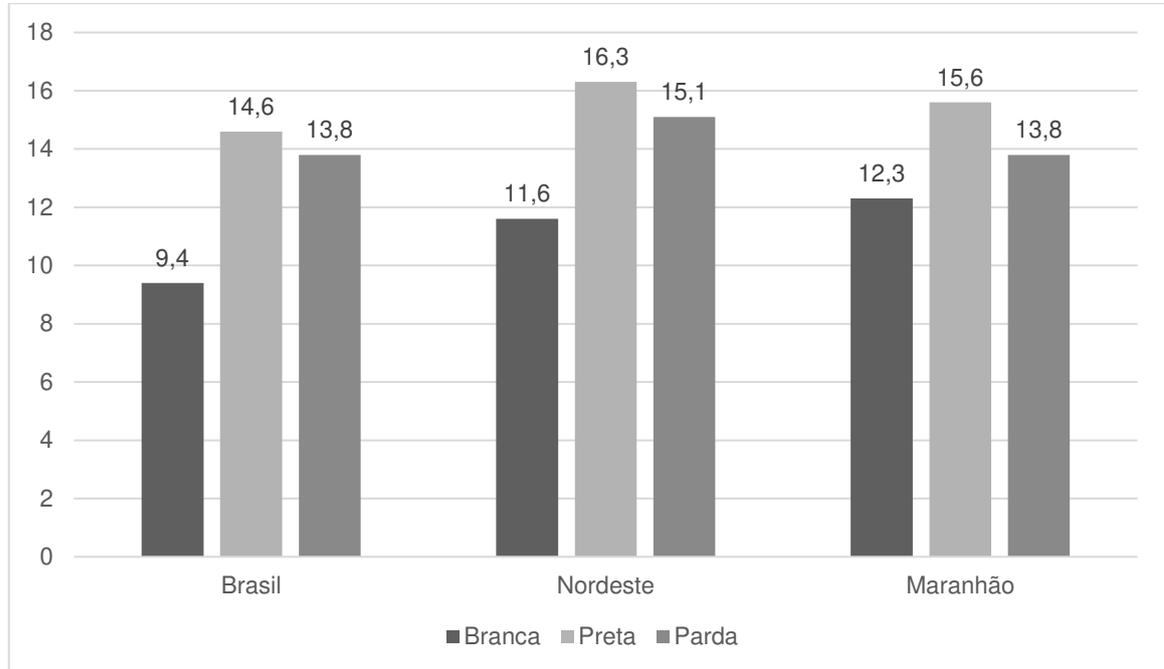
Gráfico 8 – Taxa de desocupação por faixa etária no Brasil, Nordeste e Maranhão no 3º trim. de 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A taxa de desemprego entre negros é maior que entre brancos e pardos no país. No Brasil, o desemprego entre negros é de 14,6%, enquanto no Nordeste é de 16,3% e no Maranhão é de 15,6%. No estado, os negros são os maiores desempregados, ficando 1,8% a mais que os pardos e 3,3% que os brancos.

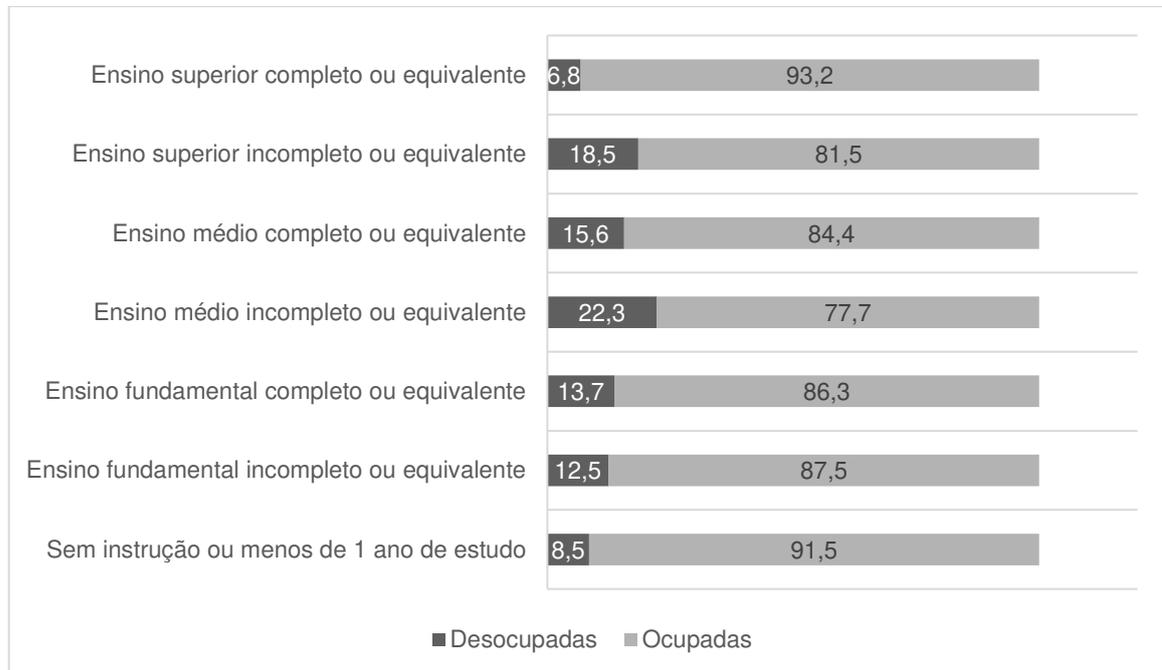
Gráfico 9 – Taxa de desocupação no Brasil, Nordeste e Maranhão por raça/cor no 3º trim. de 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Ao analisar a taxa de ocupação e desocupação por nível de escolaridade, destacam-se a alta taxa de ocupação de pessoas com nível superior completo e também a sua menor taxa de desocupação (6,8%). A alta taxa de desocupação entre os que possuem o ensino médio incompleto (22,3%) é outro dado relevante.

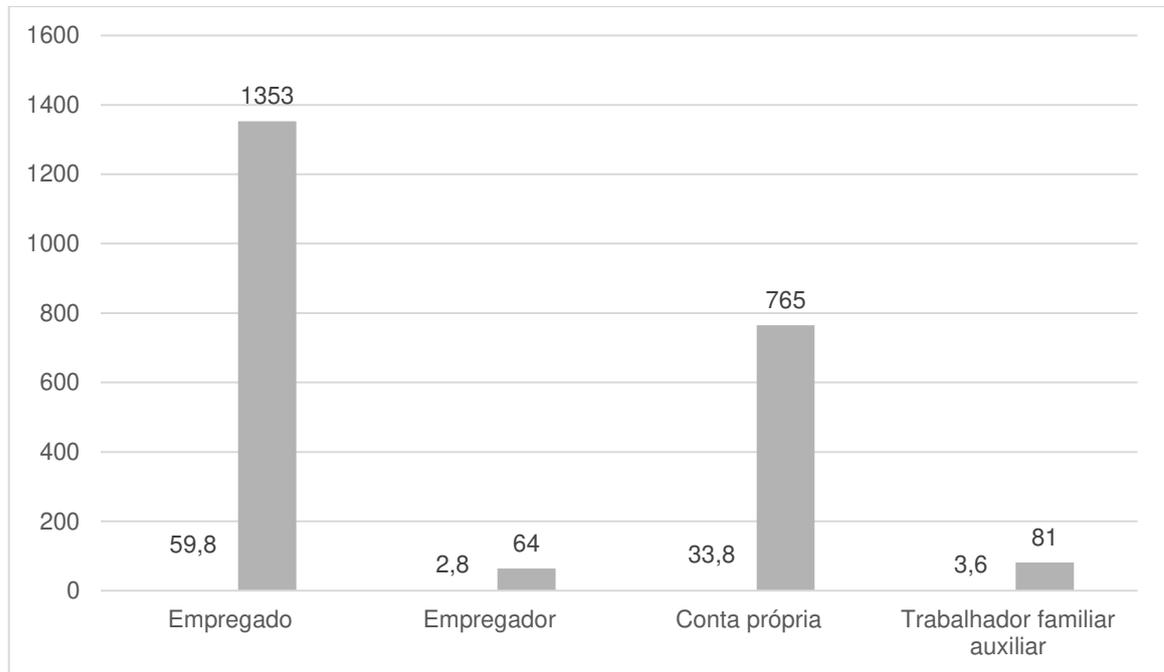
Gráfico 10 – Taxa de ocupação e desocupação no mercado de trabalho por nível de escolaridade, no Maranhão, no 3º trim. de 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

De acordo com o gráfico 11, 2,8% dos maranhenses são empregadores, isto é, cerca de 64 mil pessoas. Por outro lado, são 59,8% de empregados na população maranhense, de encontro com 33,8% que trabalham por conta própria.

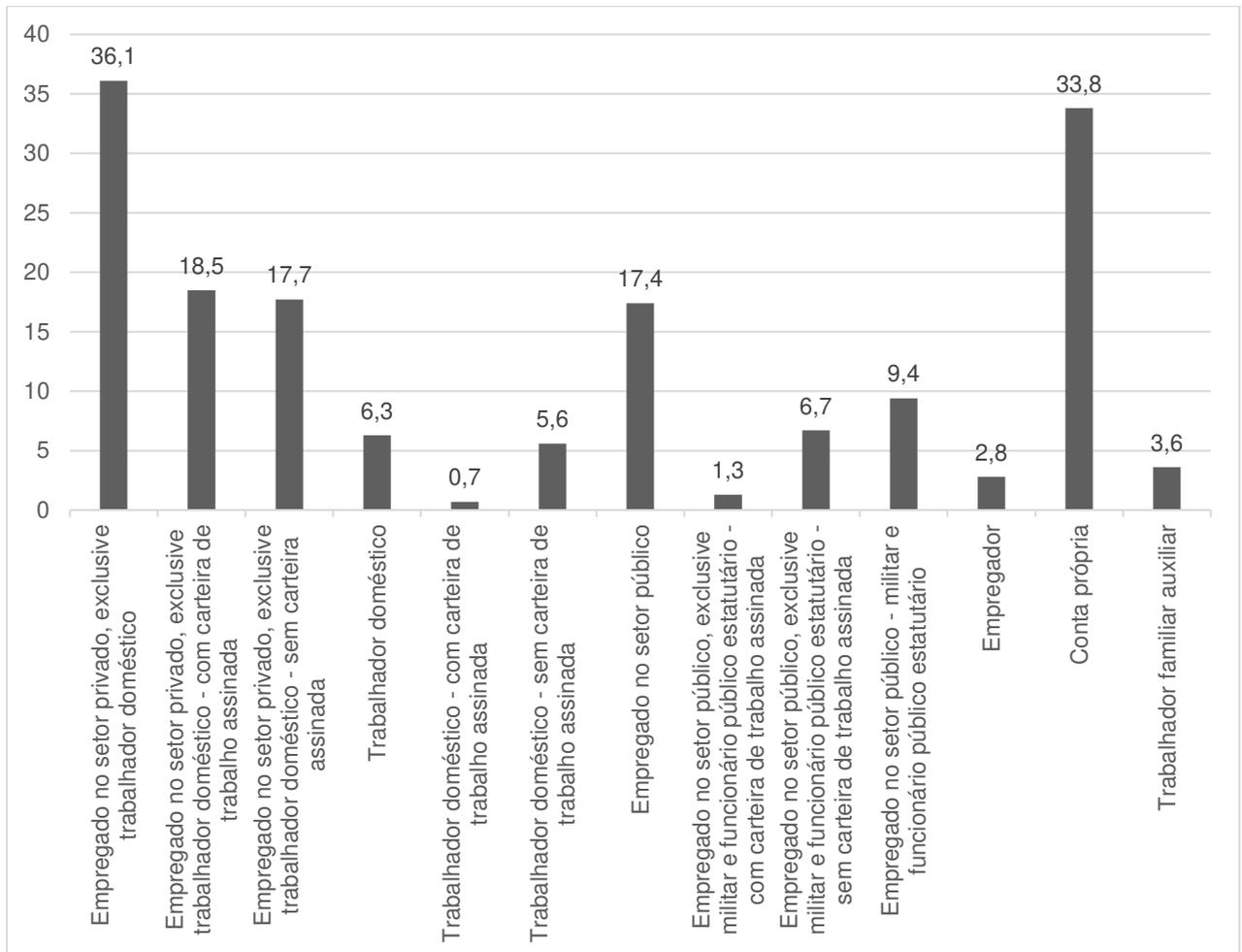
Gráfico 11 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação no trabalho principal, no Maranhão, no 3º trim. de 2018 – (mil pessoas e %)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

O gráfico 12, por sua vez, mostra a distribuição dos ocupados no Maranhão por categoria do emprego, destacando que 33,8% dos ocupados estão por conta própria e 36,1% no setor privado.

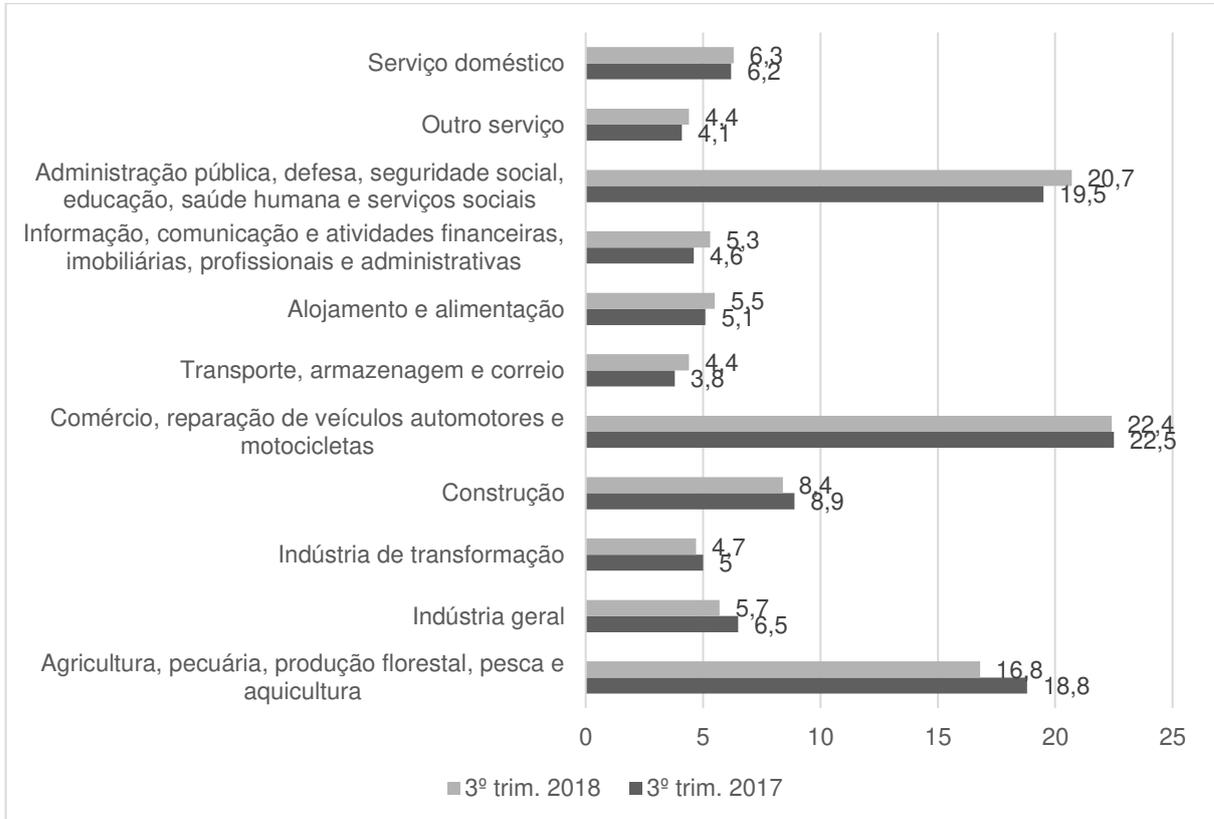
Gráfico 12 – Distribuição dos empregados no Maranhão por categoria do emprego no 3º trim. de 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

No Gráfico 13, verifica-se que as atividades com mais trabalhadores ocupados atuam no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 22,4%, diminuição de 0,1 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura teve uma queda de 2 pontos percentuais, apontando 16,8%. Em seguida, a administração pública, defesa, seguridade social e educação ocupam 20,7%, enquanto a indústria geral representa 5,7%.

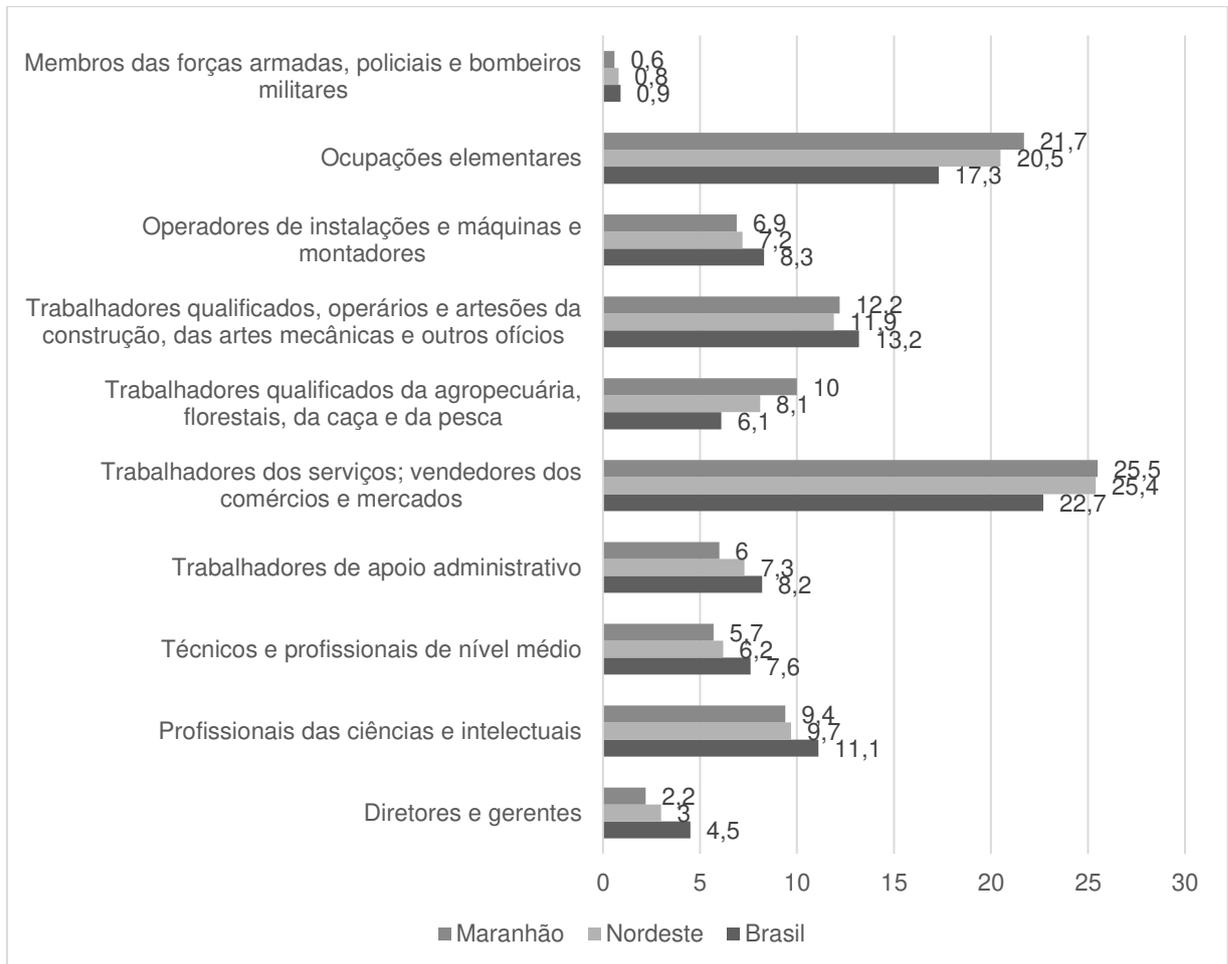
Gráfico 13 – Distribuição das pessoas ocupadas por grupamento de atividades no Maranhão no 3º trim. de 2017 e 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Como evidenciado no gráfico 14, verifica-se que os trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados ocupam 25,5% dos maranhenses ocupados, mesma faixa de ocupação dos trabalhadores no Nordeste e um pouco inferior ao percentual do país. As ocupações elementares também têm bastante destaque no Maranhão, ocupando 21,7% dos empregados, superior à distribuição do Nordeste Brasil.

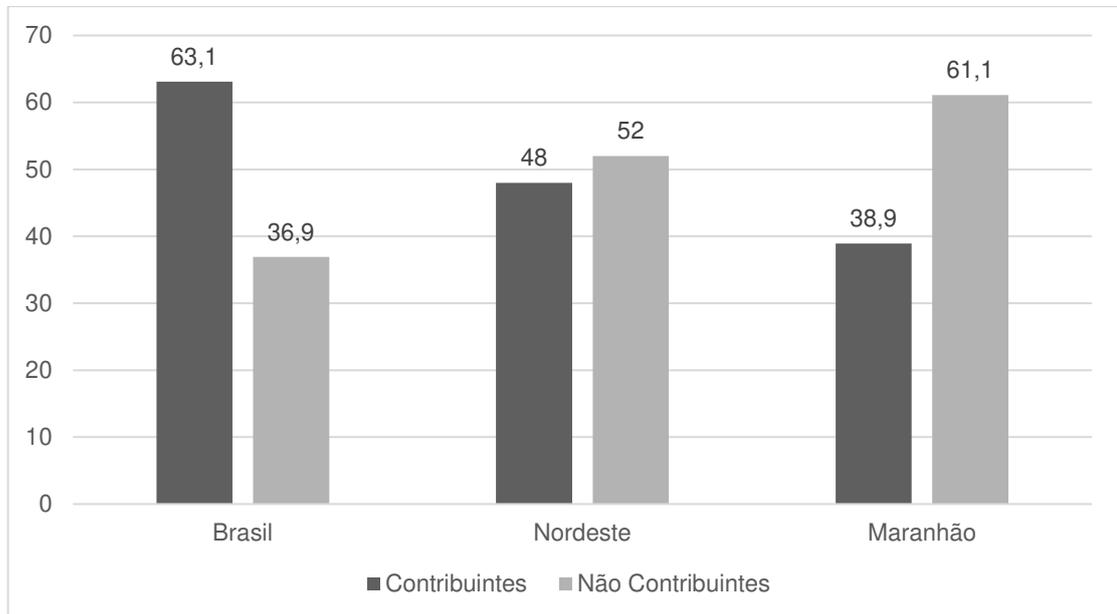
Gráfico 14 – Distribuição dos ocupados por grupamentos ocupacionais no Brasil, Nordeste e Maranhão no 3º trim. de 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A contribuição previdenciária dos ocupados, no Brasil, Nordeste e Maranhão no 3º trimestre de 2018 foi de 63,1%, 48% e 38,9%, respectivamente. Logo, 61,1% dos ocupados no Maranhão não contribuem para a previdência social e estão fora das garantias que ela proporciona, como aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade por exemplo.

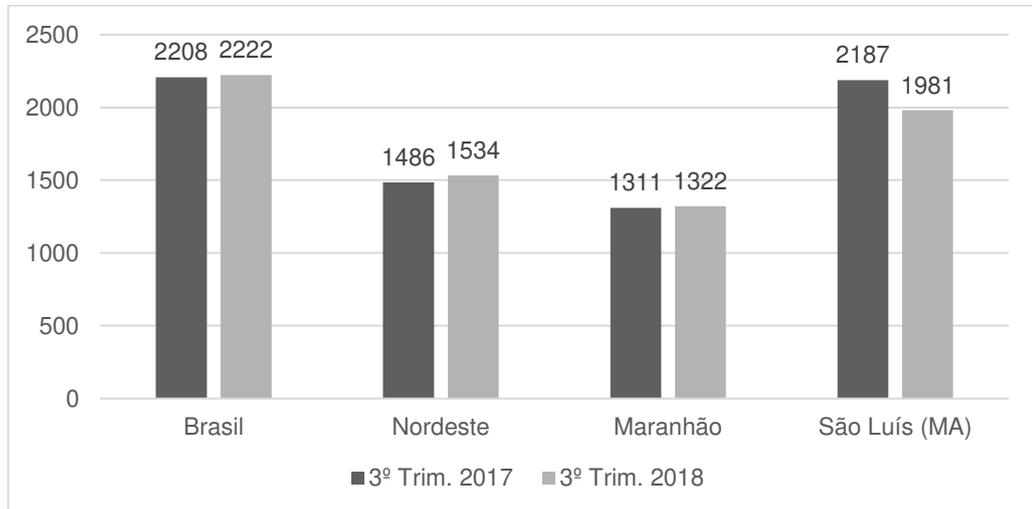
Gráfico 15 – Distribuição da contribuição previdenciária dos ocupados no Brasil, Nordeste e Maranhão no 3º trim. de 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Quanto à renda, observa-se que enquanto no Brasil o rendimento médio real, ou seja, o rendimento já com o desconto da inflação, foi de R\$2.222,00, o maranhense tem como média R\$1.322,00, valor inferior também à médio do nordeste, de R\$1.534,00. Em São Luís, a renda média foi de R\$1.981,00, maior que a do Nordeste e a média do Maranhão.

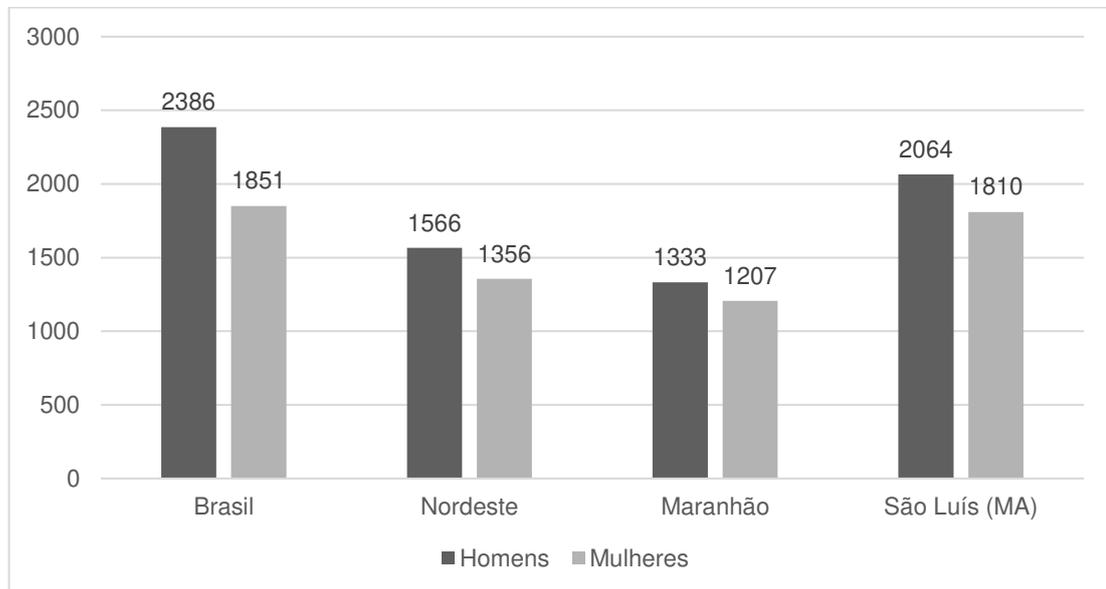
Gráfico 16 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, no Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís, no 3º trim. de 2017 e 2018 (reais)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A diferença salarial entre homens e mulheres, mostra que a mulher tem rendimento médio real inferior ao do homem no cenário nacional, regional e local. As maranhenses recebem R\$1.207,00, abaixo da média do Nordeste e Brasil, que recebem R\$1.356,00 e R\$1.851,00 respectivamente.

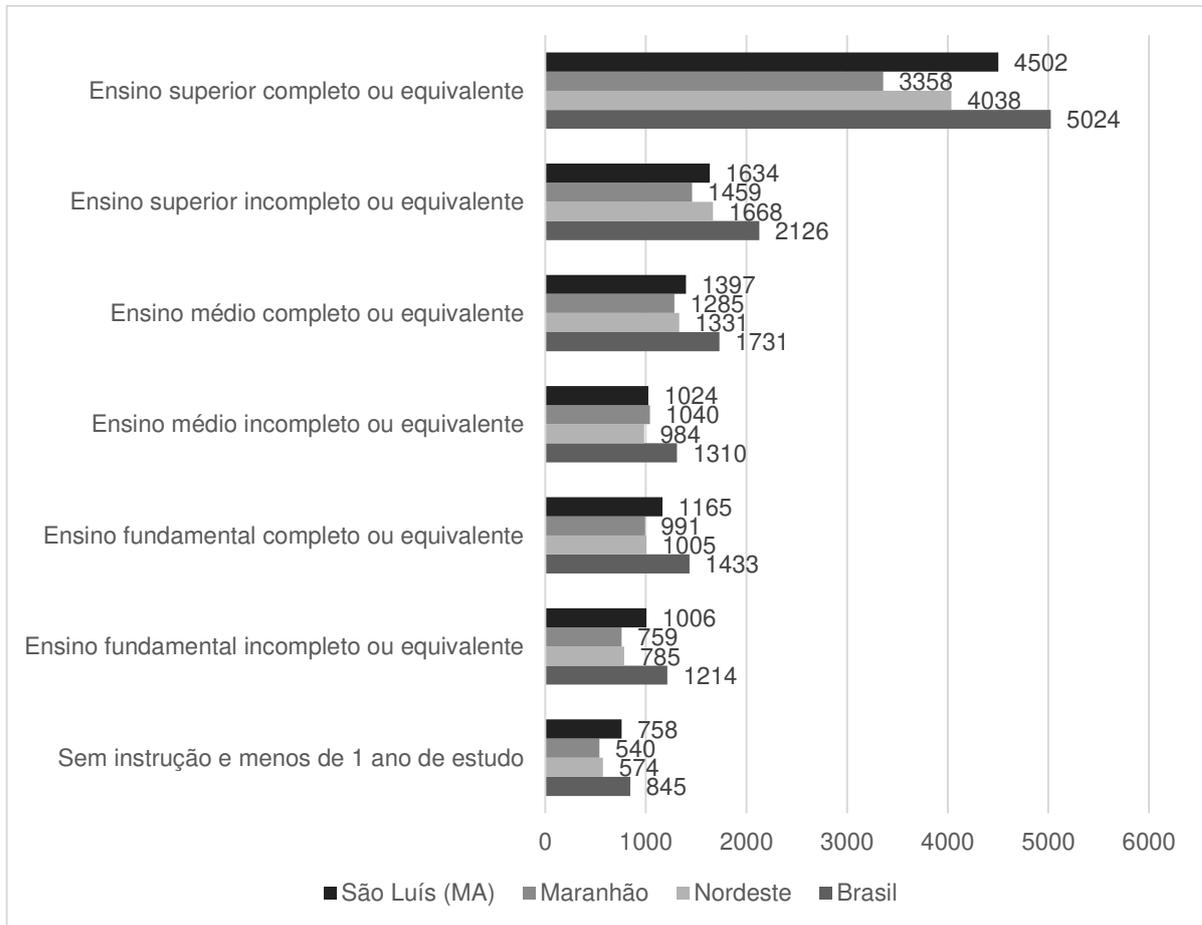
Gráfico 17 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas com 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, no Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís, por sexo (reais)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A comparação da renda da população ocupada no Brasil, Nordeste e Maranhão, constatou-se que a renda no Maranhão é mais baixa em todos os níveis de instrução.

Gráfico 18 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas com 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, no Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís por nível de instrução, no 3º trim. de 2018 (reais)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

## **7 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGOS**

De acordo com Paula e Mesquita (2008), o Maranhão só se efetiva no quadro do movimento de integração do mercado nacional após 1964. Primeiramente suprindo alimentos básicos como o arroz e carne bovina, mas com a implantação do Projeto Grande Carajás passou a exportar minérios como o ferro e alumínio.

Com a mudança no padrão de acumulação do estado, o processo de inserção ao mercado nacional aconteceu por meio de grandes subsídios do Governo para grandes empresas comerciais e agropecuárias objetivando a modernização tecnológica, através do aceleração da absorção de grandes áreas devolutas de terra por grandes empresas agropecuárias, segundo Paula e Mesquita (2008).

Para Paula e Mesquita (2008), os objetivos produtivistas e modernizantes da política de desenvolvimento regional para o estado foram cumpridos no setor pecuário, tendo uma incorporação de mais de 5 milhões de hectares num espaço de tempo de 10 anos na agropecuária. Porém, como consequência houve um encolhimento na agricultura familiar e extrativismo do babaçu.

Após décadas, tais investimentos grandiosos sumiram ou foram desmembrados. Consequência de uma modernização econômica que não surtiu efeito relevante em termos de transformação qualitativa do perfil produtivo do estado. Os efeitos acabaram se limitando ao período de auge desses incentivos governamentais, então coube as forças de mercado dar a dinâmica desta expansão e modernização que se manifestou no agronegócio da soja e do eucalipto. Consequentemente, houve aumento da miséria e desigualdade.

### **7.1 As políticas de desenvolvimento econômico no governo Flávio Dino: uma análise a partir do emprego**

Segundo a proposta de governo do Flávio Dino, iniciado em 2014, o foco seria de estimular intensamente a produção no campo e na cidade. Com atenção especial à agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com assistência técnica, apoio financeiro e estruturas qualificadas de transporte e comercialização, objetivando o

abastecimento do estado com alimentos, fazendo com que o mercado interno fosse ampliado através da geração de renda.

Para a indústria, a proposta de Flávio Dino, foi de implementação de uma política industrial ousada e democrática, com a verticalização das cadeias produtivas e a implantação de distritos industriais em todas as regiões. Ampliar o benefício fiscal de dispensa parcial do pagamento do saldo devedor do ICMS, nos casos de indústrias classificadas como de alta relevância para o desenvolvimento do Maranhão ou estabelecidas em municípios com baixo IDH.

De acordo com a proposta de governo divulgada por meio de plataforma online, um dos objetivos seria a criação de faixas de faturamento e percentuais para efeito de cobrança do ICMS, no tocante à diferença de alíquotas nas aquisições interestaduais relativas a microempresas e pequenas empresas optantes pelo Simples, beneficiando mais 100 mil empresas em todo o Estado, através da alteração na legislação sobre a cobrança do ICMS. Tal medida traria mais capacidade de investimento, competitividade e empregos.

Outra proposta de Flávio Dino foi a de qualificação dos trabalhadores maranhenses, através de implantação de uma política industrial ousada, que aproveite a oferta de gás, energia, água e matérias-primas. Exploração adequada da localização geográfica do estado, que é um importante diferencial competitivo, seja para exportação ou para o mercado interno do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para tanto, o governo apresentou benefício de dispensa de parte do ICMS a diversos setores, cumprindo a promessa de governo. O crédito presumido é equivalente a 90% ou 100% do ICMS, na avicultura. Para produtores de soja, milho, milheto, arroz e sorgo, que são os principais grãos produzidos no estado, o imposto foi reduzido de 12% para 2%. Essa medida fez com que cerca de R\$10 bilhões fossem aplicados no mercado interno pelas beneficiadas, de acordo com Banquieri e Lima (2018).

Segundo dados divulgados pelo Governo do Estado através da sua plataforma online, cerca de 127 mil micros e pequenas empresas foram beneficiadas com a alteração da legislação sobre cobrança do ICMS. A lei nº 10.267/15 do estado maranhense altera a lei nº 8.948/09, que estabelece os percentuais a serem aplicados na cobrança da diferença entre a alíquota interna e interestadual nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal. Essa alteração diminuiu a carga tributária,

reduzindo a alíquota do ICMS, para pagamento proporcional às faixas de faturamento da empresa, iniciando com 0,5% até máximo de 3,95%.

Nesse contexto, parte das ações ficou com a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC), que tem como missão o planejamento, estimulação e execução de políticas de desenvolvimento econômico nos setores industrial, comercial e de serviços. Tem ainda o papel de identificar, atrair e apoiar investimentos que visam a expansão das atividades produtivas no Estado.

## **7.2 Programas de políticas públicas da SEINC-MA**

### **7.2.1 Mais empresas**

De acordo com a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia do Maranhão, o programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão - Mais Empresas - é uma política pública que tem o objetivo de “diversificar a matriz industrial, formar adensamentos industriais nas regiões econômicas e integrar cadeias produtivas essenciais ao desenvolvimento e à geração de emprego e renda no Estado”, conforme consta no artigo primeiro da Lei nº 10.259, de 16 de junho de 2015.

Segundo a SEINC-MA, o Mais Empresas foi lançado em 2015 pelo governador Flávio Dino, com intuito de diminuir a carga tributária para empresários que pretendem instalar, ampliar, modernizar ou realocar o seu empreendimento. Os seguintes critérios foram adotados: ser instalado ou ter influência nos municípios de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado, volume de investimentos, número de empregos gerados, ter ligação com as cadeias produtivas regionais, compra de insumos no mercado local, adoção de medidas de responsabilidade social e ambiental.

Dentre os benefícios previstos com a implantação do programa, tem-se: expansão e atração de novos negócios, promoção do aumento da produção, aumento da competitividade e a redução das desigualdades sociais e regionais no Maranhão, geração de empregos.

Sobre alguns pontos de maior relevância da Lei nº 10.259, está a instituição para as empresas incluídas no programa a concessão de desconto no imposto ICMS mensal. O incentivo acontecerá somente sobre a produção definida no projeto

apresentado na Carta Consulta de Habilitação. Em caso de ampliação, será exigido da empresa o aumento mínimo de 20% do potencial instalado. Os empreendimentos com prioridade para a evolução econômica do Estado, devem atender a alguns requisitos como: ser considerado indústria geradora de novas indústrias; que demande de matérias-primas, insumos e serviços locais; faça uso sustentável dos recursos naturais; constitua atividade industrial não existente no Maranhão; dentre outros.

Segundo a Secretaria, o funcionamento do programa se dá primeiramente pela elaboração da carta-consulta pelo empresário, em seguida a Secretaria protocola esta carta, que passa por uma análise, e então o Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão (CONDEP) realiza a deliberação e publicação da resolução, por fim a Secretaria faz o monitoramento.

De acordo com a SEINC-MA, o benefício para implantação de empreendimento industrial ou agroindustrial com até 95% de crédito presumido sobre o ICMS é preciso que a empresa se instale em um dos 30 municípios de menor IDH, em um prazo de até 15 anos. Para receber benefício de até 85% de crédito presumido sobre ICMS, a empresa precisa gerar 500 empregos diretos ou mais, que ela exerça atividade inexistente no Estado, que o empreendimento seja considerado prioritário para o desenvolvimento do Estado, que reciclem os resíduos sólidos urbanos e utilizem logística reversa, em um prazo de até 12 anos.

O benefício para implantação ou para ampliação de empreendimento industrial ou agroindustrial com até 75% de crédito presumido sobre o ICMS, não possui critérios para concessão e o prazo é em até 10 anos. No caso de reativação, modernização ou realocação de empreendimento industrial ou agroindustrial, o benefício é de até 65% de crédito presumido sobre o ICMS em um prazo de até 8 anos.

No caso de aquisição de bens destinados ao ativo permanente de empreendimento industrial ou agroindustrial, o benefício é o diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, durante o período de implantação, ampliação, modernização, realocação e reativação. Na aquisição de matérias-primas e produtos intermediários utilizados direta ou indiretamente no processo produtivo de

empreendimento industrial ou agroindustrial, o benefício também é o diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, mas pelo período correspondente ao benefício.

### 7.2.2 Maranhão mais produtivo

Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB) foi criado pelo governador Flávio Dino em 2015, sendo coordenado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA). Com a finalidade de coordenar ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, focando no abastecimento interno.

De acordo com informações do IMESC, o SEPAB funciona no âmbito do Programa Mais Produção, que determina 10 cadeias produtivas prioritárias, que são elas: feijão, arroz, mandioca, carne e couro, ovinocaprinocultura, leite, avicultura (caipira e industrial), piscicultura, hortifruticultura e mel. Tais cadeias sendo trabalhadas focando no abastecimento interno e na procura por autossuficiência. As atuações determinadas para essas cadeias produtivas serão executadas pelas secretarias e órgãos que compõe o SEPAB, que são: SAGRIMA, que exerce a coordenação, Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), a SEINC, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES), em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), além do próprio IMESC.

Conforme o Decreto nº 30.851/15, que dispõe sobre a criação da SEPAB, os órgãos integrantes seguem ações programáticas de acordo com estratégias de agropolos, municipalização da produção e abastecimento, arranjos produtivos locais, cadeias produtivas e espaço do empreendedor rural, atuando em cada região de planejamento, mediante a adesão ao instrumento de pactuação celebrado com os municípios da referida região.

Como consta no Decreto, as atribuições da SEPAB são: i) prospectar e priorizar necessidades da sociedade, propor programas e ações, assim como viabilizar recursos de forma conjunta para os programas escolhidos para seus Planos Estratégicos específicos e para o Plano Plurianual (PPA); ii) coordenar, acompanhar, analisar e avaliar programas e ações dos Planos Estratégicos específicos e do PPA; iii) garantir o fluxo de informações sobre demandas de investidores privados, e de

agentes da economia solidária e da produção familiar, nos segmentos da agricultura, pecuária, pesca, aquicultura, florestas e agroindústria, a fim de que haja atuação conjunta visando ao aumento da produção em todas as regiões de planejamento do Estado; iv) definir os arranjos produtivos locais e as cadeias produtivas que serão alvo de ações prioritárias. Sendo feita avaliação sobre o cumprimento de metas e sobre a evolução da produção maranhense, através de reunião mensal.

De acordo com a lei nº 10.757/17, que dispõe sobre o Programa Mais Produção e Abastecimento, a finalidade do programa é aumentar e otimizar a produção agropecuária no Estado do Maranhão, promovendo o adensamento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais em diferentes escalas, em todo o território maranhense, agregando valor aos produtos locais e gerando riqueza, emprego e renda.

Segundo a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, o Maranhão Mais Produtivo é um programa que tem o objetivo de dar oportunidade às empresas de micro e pequeno porte, que estão instaladas no Estado, permitindo a expansão da entrada de novos mercados. O programa assessora o empreendedor de forma personalizada, para que este possa fazer o planejamento e estruturar o acesso da sua empresa a novos mercados, investindo em tecnologia, aprimorando a qualidade e melhorando os processos produtivos. É disponibilizado ao empreendedor, capacitações técnicas, consultorias presenciais, rodadas de negócios, missões técnicas e outras ações focadas no crescimento da competitividade e competência da empresa, propiciando o aprimoramento do processo produtivo e ampliação de participação nos mercados interno e internacional.

A primeira etapa do processo de adesão da empresa é o preenchimento do formulário, aderência e participação de feiras e rodadas de negócio; na segunda etapa, a empresa passa por uma análise técnica; em seguida são criados planos de capacitação; na quarta etapa essa capacitação é posta em prática através de cursos, palestras e consultorias; e por fim, a empresa será assessorada como forma de acompanhamento, de acordo com a SEINC.

O programa conta com grandes empresas e associações como parceiros, alguns deles são: Associação Comercial do Maranhão, Caixa Econômica Federal, Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Grupo Mateus, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Vale, etc.

De acordo com a tabela 2, a quantidade de vínculos ativos nas cadeias produtivas de aquicultura, mandioca, mel e ovinocaprinocultura se mantiveram estáveis. Já a cadeia do arroz sofreu uma baixa de 130 vínculos ativos, assim como o leite com baixa de 64 vínculos. A avicultura, carne e couro e hortifruticultura tiveram aumento de 108, 562 e 29 vínculos ativos no estado. Os dados da cadeia produtiva do feijão não estavam disponíveis até o momento de encerramento desta pesquisa.

Tabela 2 – Quantidade de vínculos ativos por cadeia produtiva no Maranhão entre 2014 e 2017

| <b>Cadeia Produtiva</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>Total</b> |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Arroz                   | 378         | 229         | 242         | 248         | 1097         |
| Aquicultura             | 239         | 162         | 187         | 225         | 813          |
| Avicultura              | 761         | 932         | 986         | 869         | 3548         |
| Carne e Couro           | 2626        | 2680        | 3044        | 3188        | 11538        |
| Feijão                  | 0           | 0           | 0           | 0           | 0            |
| Hortifruticultura       | 202         | 475         | 404         | 231         | 1312         |
| Leite                   | 839         | 829         | 928         | 775         | 3371         |
| Mandioca                | 6           | 14          | 14          | 6           | 40           |
| Mel                     | 7           | 9           | 5           | 5           | 26           |
| Ovinocaprinocultura     | 26          | 21          | 31          | 26          | 104          |

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais

A figura 1 mostra um mapa parcial do número de estabelecimentos agropecuários da cadeia produtiva prioritária. As cadeias presentes no mapa, são: arroz, aquicultura, avicultura, horticultura (dados da fruticultura não foram localizados), mandioca, mel e ovinocaprinocultura.

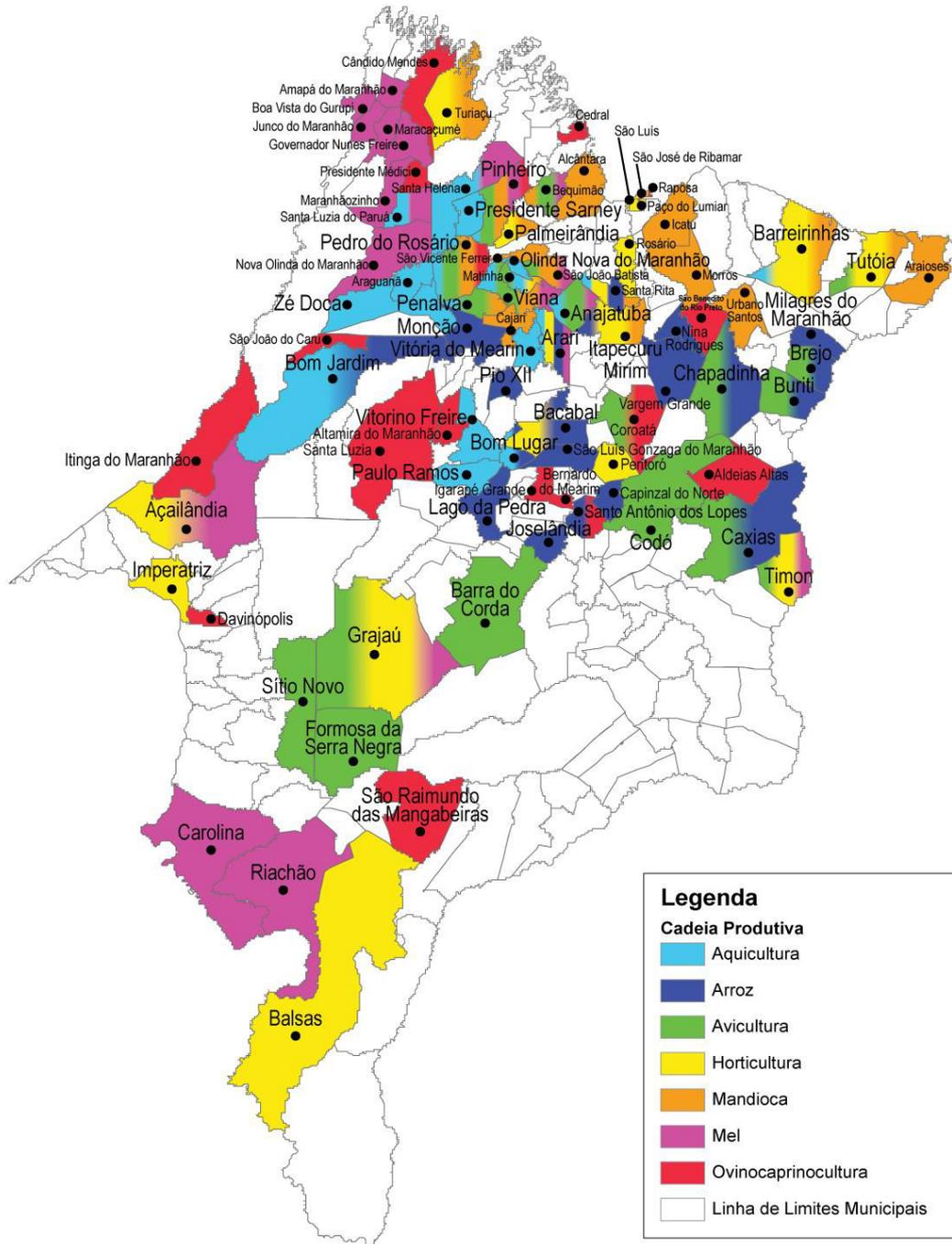
No mapa pode-se observar que são poucas cidades de menor IDH do Maranhão que possuem números de estabelecimentos relevantes para as cadeias produtivas. Uma delas é a cidade de Pedro do Rosário, que possui 1.225 estabelecimentos agropecuários na aquicultura, 2.237 na avicultura, 2.129 na mandioca e 761 na ovinocaprinocultura.

Aldeias Altas é mais uma cidade com menor IDH do Estado e possui 544 estabelecimentos agropecuários na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura. São João do Carú possui 271 estabelecimentos também na ovinocaprinocultura, de acordo com dados do IBGE e do Governo do Maranhão.

Um ponto que vale destaque está na cidade de Junco do Maranhão, que possui 45 estabelecimentos agropecuários na cadeia produtiva do mel, recebeu

equipamentos e adequação da infraestrutura do Entrepasto. Ainda assim, toda a cadeia produtiva do mel possui apenas 5 vínculos ativos, como consta na tabela 1, o que pode ser um indicativo de que o trabalho informal ainda está presente, apesar do crescimento econômico da cadeia.

Figura 1 – Mapa parcial das atividades produtivas de estabelecimentos agropecuários no Maranhão



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

### 7.2.3 Distritos industriais

Os distritos industriais e parques empresariais estão localizados em regiões favoráveis do Maranhão, em que a atividade econômica aponta grande potencial de crescimento.

A empresa que tiver interesse em investir no Maranhão pode receber instrução técnica da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio – SEINC, conforme sua demanda ou tipo de negócio. Empresas que tem o objetivo de implantar, expandir, readequar, modernizar ou reativar seu negócio podem ser orientados sobre a disponibilidade de áreas nos distritos industriais e incentivos fiscais que o Estado oferece.

O Parque Empresarial de São Luís tem uma grande estrutura de 220 hectares, onde vai abrigar diversos empreendimentos de diferentes segmentos da cadeia produtiva industrial. Essa área será adequada aos pré-requisitos necessários para que os empreendedores tenham condições logísticas de operação de suas atividades. E cerca de 32 empresas já demonstraram interesse em se instalar no parque, sendo que 19 delas já possuem processos tramitando na SEINC.

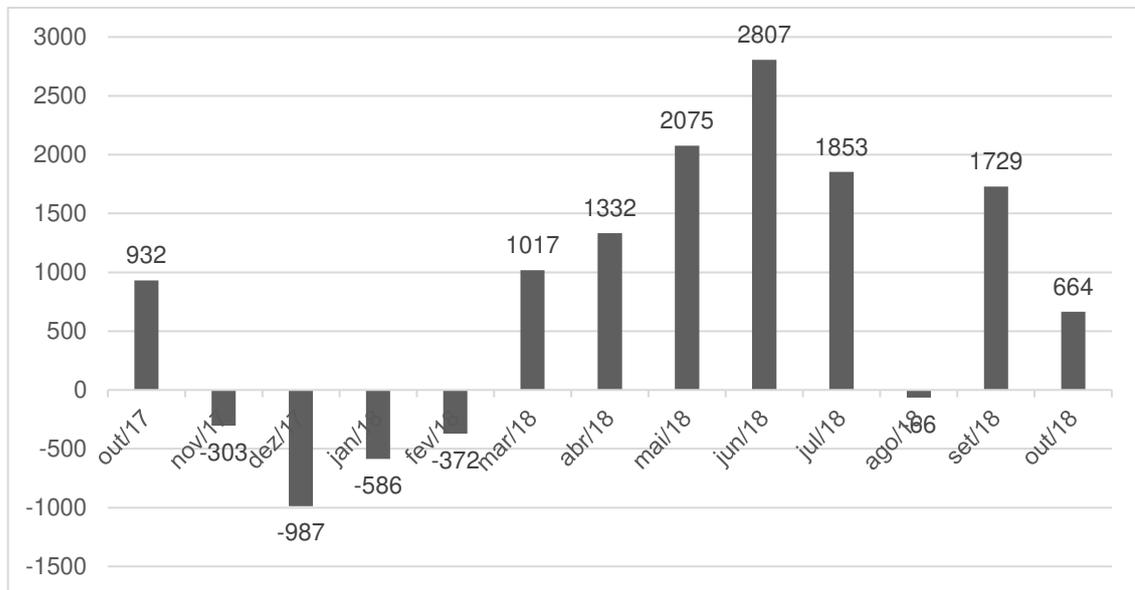
Esse investimento trará grandes impactos ao mercado de trabalho do Estado. Tendo uma estimativa de geração de 16 mil empregos indiretos e 4.299 novos postos de trabalho diretos. A primeira empresa instalada no parque é o maior centro de distribuição do Grupo Mateus, a primeira fase do empreendimento já gerou 500 empregos diretos. Ao término das outras três, serão 2 mil vagas apenas neste negócio. Tal empreendimento conta com investimento de aproximadamente R\$200 milhões e área construída de 115 mil m<sup>2</sup>.

Entre os empreendimentos que serão instalados, estão centros de distribuição de atacado e varejo, empresas de material de construção, fábricas de cimento, móveis, centros de logística e distribuição, galpões de armazenagem, geração de energia e gás, terraplanagem e outros, que garantirão até 2019 mais de R\$ 4,5 bilhões em investimentos.

Nesse contexto, o saldo de empregos formais no Maranhão foi positivo no último mês (outubro/2018) analisado, com saldo de 664 postos de trabalho. Em relação ao saldo de empregos (admissões – demissões) no Maranhão, nos últimos 13

meses houve 5 saldos negativos, o mais recente no mês de agosto de 2018 com -66 postos de trabalho.

Gráfico 19 – Evolução do saldo de emprego no Maranhão entre outubro de 2017 e outubro de 2018 (mil)



Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados

Porém, de acordo com os dados do IBGE, a taxa de desemprego no Maranhão foi crescente entre o 1º trimestre de 2014 até o 3º trimestre de 2018, chegando a 13,7%, 7,3 pontos percentuais a mais em relação ao período inicial analisado. No período de julho a setembro de 2018 o número de desocupados atingiu 361 mil pessoas, enquanto que no período de janeiro a março de 2014 foram 177 mil pessoas, ou seja, 184 mil pessoas a mais.

Os setores que são de responsabilidade da SEINC tiveram regressão na distribuição de pessoas ocupadas, o setor industrial, por exemplo, teve uma queda de 0,8% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017 e o comércio regrediu 0,1%.

## 8 CONCLUSÃO

O Governo do Estado do Maranhão vem investindo e incentivando as empresas. Tais investimentos geram a capacidade de estimular a economia, de forma a desenvolver o crescimento produtivo. A criação desse ambiente sadio e seguro para os programas de políticas públicas e investimentos em várias áreas, faz com que as empresas tenham confiança em investir no Maranhão mesmo em cenário de crise econômica nacional.

A economia nacional está em regressão desde 2014 logo, o desemprego cresceu e o Maranhão não conseguiu fugir dessa crescente taxa de desocupação. Essa crise econômica nacional teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado, segundo Barbosa Filho (2017).

Os setores competentes da SEINC tiveram regressão no número de ocupação, porém continuam sendo os mais relevantes entre os grandes setores. Os incentivos fiscais têm atraído empresas, mas ainda não houve resultado de grande relevância.

É importante que esse acompanhamento das ações do Governo do Maranhão através da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia seja contínuo, para que a sociedade tenha acesso a informação de forma mais clara e objetiva, podendo assim, fiscalizar e exigir melhorias.

## REFERÊNCIAS

- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, São Paulo, v. 3, 2015.
- ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito administrativo descomplicado**. – 16. ed. Ver. E atual. – São Paulo: Método, 2008.
- ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho** / Vinícius de Carvalho Araújo — Brasília: ENAP, 2002.
- ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; EDUSP, 2001.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.
- BANQUIERI, Rogério; LIMA, Antonio. As promessas de Dino. **Globo Comunicação e Participações**, jul. 2018. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/maranhao/2015/as-promessas-de-dino/#!/3-anos-e-meio>>. Acesso em: out. 2018.
- BIANCHI, Alvaro. **O conceito de estado em Max Weber**. Lua nova. São Paulo, 92, 79-104, 2014.
- BRASIL. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/o-programa>>. Acesso em: out. 2018.
- FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. **A crise econômica de 2014/2017**. Estud. av. vol.31, no.89, São Paulo, Jan./Apr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100051](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051)>. Acesso em: dez. 2018.
- GOVERNO DO MARANHÃO. **Compras Governamentais**. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/governo-lanca-portal-de-compras-governamentais>>. Acesso em: jan. 2018.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Desenvolvimento**. Disponível em:  
<<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento>>. Acesso em: jun. 2018.

GUEDES, Alvaro Martim; FONSECA, Francisco (Orgs.). **Controle social da administração pública: cenário, avanços e dilemas no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Oficina Municipal; Rio de Janeiro: FGV, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>>. Acesso em: out. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em:  
<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>>. Acesso em: out. 2018.

JORNAL PEQUENO. **Programa Mais Produtivo**. Disponível em:  
<<https://jornalpequeno.com.br/2017/04/26/programa-mais-produtivo-alcanca-mais-de-r-40-milhoes-em-negocios-prospectados>>. Acesso em: jun. 2018.

KLAUS, Frey. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Ipea. No 21. 2000.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARANHÃO. DECRETO Nº 30.851, DE 11 DE JUNHO DE 2015. **Criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento**, São Luís, MA, jun. 2015. Disponível em:  
<<http://imesc.ma.gov.br/src/upload/projetos/sepab/sepabdecretodelei.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

MARANHÃO. LEI Nº 10.267, DE 24 DE JUNHO DE 2015. **Percentuais do diferencial de alíquota do ICMS**, São Luís, MA, jun. 2015. Disponível em:  
<<http://www.leigeral.com.br/legislacao/detalhes/3373-MA-Lei-10-267-2015-Percentuais-do-diferencial-de-aliquota-do-ICMS>>. Acesso em: nov. 2018.

MARANHÃO. LEI Nº 10.757, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017. **Programa Mais Produção e Abastecimento**, São Luís, MA, dez. 2017. Disponível em:  
<<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5047>>. Acesso em: nov. 2018.

MENDES, A. M. C. P. et al. **Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro**. SILVA; CL; SOUZA-LIMA, JE (Orgs.). Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Programa De Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: ago. 2018.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. – 36. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37 – 48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/477/372>>. Acesso em: mai. 2018.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública: teoria e questões**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. 552p.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da Economia do estado do maranhão – 1970/2008**. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/documents/160445/214098/a\\_dinamica\\_recente.pdf/a35e0e1a-243b-4165-a51b](https://www.bnb.gov.br/documents/160445/214098/a_dinamica_recente.pdf/a35e0e1a-243b-4165-a51b)>. Acesso em: nov. 2018.

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO, — Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Elementos Fundamentais do Estado**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/elementos-fundamentais-do-estado/35650>>. Acesso em: nov. 2017.

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Accountability na administração pública**: modelos teóricos e abordagens. Rev. Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, v. 14, n. 2, p. 82 – 97, maio/ago. 2011.

SANTOS, Agnaldo dos. **Construção das Políticas Públicas** - processos, atores e papéis. Instituto Pólis, São Paulo, p. 5. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/construcao-das-politicas-publicas-processos-atores-e-papeis/>>. Acesso em: jun. 2017.

SEBRAE. **Formulação de Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/formulacao-de-politicas-publicas,e38b9e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: jun. 2017.

SEINC. **Compras governamentais**. Disponível em: <<http://www.seinc.ma.gov.br/compras-governamentais/>>. Acesso em: nov. 2017.

SEINC. **Distritos industriais**. Disponível em: <<http://www.seinc.ma.gov.br/distritos-industriais/>>. Acesso em: nov. 2017.

SEINC. **Mais empresas**. Disponível em: <<http://www.seinc.ma.gov.br/maisempresas/>>. Acesso em: nov. 2017.

SEINC. **Mais produtivo**. Disponível em: <<http://www.seinc.ma.gov.br/maisprodutivo/>>. Acesso em: nov. 2017.

SEINC. **Secretaria de Estado de indústria e comércio**. Disponível em: <<http://www.seinc.ma.gov.br/a-secretaria/>>. Acesso em: dez. 2017.

SEPAB. **Sala de atuação**. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Projetos>>. Acesso em: nov. 2018.

SILVA, Christian Luiz da (Org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis: Vozes, 2012. Cap. 1 (Políticas Públicas e Desenvolvimento Local)

TEIXEIRA, Tadeu Gomes. **Boletim Conjuntural Trimestral - Maranhão**, Ano 2, Nº. 3, Jul-Set., São Luís: Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão, 2017.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes; PEREIRA, Bárbara.; LIMA, Lucas; PAIXÃO, Cellyna; DOMINGOS, Anacleto. **Boletim Mensal do Mercado de Trabalho Maranhense, ano II, nº. XI, Novembro, 2017.** São Luís: Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão, 2017. Disponível em: <<http://www.omtmaranhao.com/>>. Acesso em: set. 2018.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. **Avaliação de políticas públicas:** uma revisão teórica de um campo em construção. Rev. De Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 529 – 50, maio/jan. 2008.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.